



CEB Distribuição S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 37
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	38 - 41
Balanços patrimoniais	42
Demonstrações de resultados	43
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	44
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto	45
Demonstrações do valor adicionado	46
Notas explicativas às demonstrações financeiras	47 - 93

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CEB Distribuição S.A. (CEB D), por meio de sua Diretoria Executiva e em cumprimento às disposições legais, tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração relativo ao exercício social de 2010, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes.

Os resultados demonstram, de forma clara, o empenho da Administração. Empregados, colaboradores, agências de fomento, parceiros financiadores bancários, entre outros, perceberam, ao longo do tempo, que as iniciativas empresariais estão concretizando as melhores expectativas previstas para a Companhia. Os resultados para os exercícios subsequentes estão garantidos, assegurando a manutenção dos níveis de investimentos que são a base para a garantia do atendimento do elevado crescimento da demanda por energia elétrica no Distrito Federal, com elevados padrões de qualidade.

2 - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A CEB D é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB) e tem por objeto a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada.

A CEB D foi criada pela Lei Distrital nº 2.710, de 24/05/2001, e constituída por intermédio da escritura pública em 20/06/2005. É uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, que segue as orientações do Ministério das Minas e Energia (MME) e da ANEEL, por ser o órgão fiscalizador da concessão da CEB D.

Os ativos da CEB D são resultantes da versão de parte do patrimônio da Companhia Energética de Brasília, em função da reestruturação societária realizada em 12 de janeiro de 2006, nos termos das Resoluções nº 167/2001, nº 593/2002, nº 22/2003 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005, da ANEEL.

A área de concessão abrange todo o Distrito Federal, dividido em 30 regiões administrativas, com uma extensão de 5.822,1 km², que atende 851.787 (dez/2010) clientes.

3 - SISTEMA ELÉTRICO

O sistema de distribuição da CEB D, nas tensões entre 15 e 138 kV, encontra-se interligado com o sistema supridor de FURNAS e constitui-se atualmente de 33 subestações, sendo 14 alimentadas em 138 kV, 05 em 69 kV, 14 em 34,5 kV, perfazendo a capacidade instalada de transformação de 2.136 MVA.

O suprimento de energia ao Distrito Federal é realizado, principalmente, por Furnas Centrais Elétricas S.A., por meio das subestações Brasília Sul - 345/138 kV, Brasília Geral - 230/34,5 kV e Samambaia - 345/138 kV, com capacidade de 900 MVA, 240 MVA e 450 MVA, respectivamente, de Corumbá IV com 127 MW de potência instalada e Corumbá III com 93 MW de potência instalada.

Para a alimentação dessas subestações dispõe-se de um sistema de distribuição acima de 15 kV, constituído de circuitos de 138 kV, 69 kV e 34,5 kV, com extensão de 915 km.

As subestações de Brasília Sul e Samambaia, de propriedade de FURNAS, são fontes para o sistema de 138 kV da CEB D, composto pelas subestações Águas Claras, Brasília Centro, Brasília Norte, Sudoeste, Embaixadas Sul, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Contagem, Monjolo, Santa Maria, Sobradinho Transmissão e Taguatinga. O sistema de distribuição em 69 kV é suprido pelas subestações Ceilândia Sul e Sobradinho Transmissão, enquanto o sistema em 34,5 kV está polarizado em torno das subestações de Brasília Norte e Taguatinga, da CEB D, e também da subestação Brasília Geral, de Furnas. A subestação Mangueiral, em 138kV, recebe energia de Corumbá III, aumentando a confiabilidade, principalmente, na região central de Brasília.

A subestação Brasília Norte tem como área de abrangência a região central do Plano Piloto, Asa Norte, Lago Norte, Lago Sul e parte da região do Cruzeiro (Cruzeiro e SIA), constituindo, juntamente com as subestações Sobradinho Transmissão e Contagem, fonte supridora à região Leste do DF (fábricas de cimento, Sobradinho, Planaltina e PADF).

Ao longo de 2010 foram inauguradas as subestações Vale do Amanhecer, São José e Mangueiral, além de novas unidades de transformadores e unidades capacitivas.

A subestação Brasília Centro desempenha um importante papel no sistema elétrico da Companhia, alimentando importantes cargas na região central de Brasília (Ministérios, Palácios e Setor de Autarquias), através dela própria e das subestações 02, 03 e 06. A subestação Embaixadas Sul, com operação iniciada em dezembro de 2006, vem assumindo gradativamente parte dessas cargas, dividindo com a subestação Brasília Centro o atendimento aos setores onde estão instalados os órgãos centrais do governo federal.

O suprimento às regiões Oeste e Sul do Distrito Federal está inserido na área de influência das subestações Taguatinga, Ceilândia Sul e Norte, Águas Claras, Monjolo, Gama e Santa Maria, as quais atendem às cidades de Taguatinga, Guará, Ceilândia, Brazlândia, Samambaia, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria, constituindo áreas de acentuado crescimento da atividade econômica e de adensamento populacional.

O suprimento à Asa Sul está sob abrangência da subestação Brasília Geral, de Furnas, responsável também por parte do Lago Sul, por meio das subestações 01, 02 e 05.

4 - MERCADO

4.1 - Energia Elétrica Comprada pela CEB Distribuição S.A.

Fonte	2010		2009	Variação 2010/2009 (%)
	MWh	%	MWh	
Eletróbrás - ITAIPU	1.067.262	16,57	1.097.703	-2,77
Eletróbrás - PROINFRA	141.835	2,20	121.169	17,06
CCEAR	3.229.466	50,15	3.155.777	2,34
Corumbá Concessões S.A.	665.760	10,34	665.760	-
Energética Corumbá III S.A.	176.099	2,73	28.766	512,18
Geração C III S.A.	264.148	4,10	43.149	512,18
CEB Lajeado S.A.	885.976	13,76	885.976	-
Investco S.A.	8.669	0,13	8.669	-
Energia de Curto Prazo	-	-	-	-
Total	6.439.215	100	6.006.969	7,2

Fonte: Gerência de Mercado e Comercialização - GRMC.

A compra de energia elétrica pela CEB D cresceu 7,2% para atender à elevação de consumo no mercado do Distrito Federal. Destaque-se o início da operação comercial da segunda unidade geradora da UHE Corumbá III ocorrido em janeiro de 2010.

4.2 - Números de Consumidores Por Classe

Em 31 de dezembro de 2010, a CEB D registrou o total de 851.787 unidades consumidoras, com crescimento de 3,04% em relação a dezembro de 2009.

Classes de Consumidores	2010	2009	Variação 2010/2009 (%)
Residencial	740.264	720.960	2,68
Industrial	1.688	1.677	0,66
Comercial	95.168	89.910	5,85
Rural	9.497	9.240	2,78
Poder Público	4.818	4.600	4,74
Iluminação Pública	19	19	-
Serviço Público	287	233	23,18
Próprio	46	49	-6,12
Total	851.787	826.688	3,04

Fonte: Boletim de Mercado da CEB Distribuição S.A.

4.3 - Consumo por Classe

O consumo de energia elétrica no País cresceu 7,8% em 2010. Já o mercado de energia elétrica do Distrito Federal cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo 5.383 GWh.

Classes de Consumidores	2010 (MWh)	2009 (MWh)	Varição 2010/2009 (%)
Residencial	1.966.598	1.878.995	4,7
Comercial	1.651.029	1.535.465	7,5
Poder Público	548.026	516.937	6,0
Serviço Público	326.001	300.780	4,0
Iluminação Pública	344.640	313.487	14,6
Industrial	419.733	375.257	11,9
Rural	124.208	112.497	10,4
Consumo Próprio	2.400	2.644	-9,2
Total	5.382.635	5.036.062	6,9

Fonte: Boletim de Mercado da CEB Distribuição S.A.

Esse resultado deve-se principalmente ao crescimento de 4,7% na classe residencial, que participou com 36,5% do consumo total. Este desempenho pode ser atribuído tanto ao aumento de 2,7% no número de consumidores residenciais, equivalente a 19,3 mil novas ligações, quanto ao nível do consumo médio mensal, que passou de 221 para 224 kWh/mês.

O consumo industrial apresentou um crescimento de 11,9% em relação ao ano anterior. Os destaques foram para a indústria de Cimento, que correspondeu a 65,1% do total do consumo industrial e cresceu 8,2% em 2010, e para a indústria de Produtos Químicos, cujo crescimento no consumo de energia foi de 44,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O consumo comercial consolidou um aumento de 7,5% em 2010 com destaque para o setor de Atividades Imobiliárias e para o ramo de Alojamento e Alimentação, que cresceram 22,9% e 16,0%, respectivamente.

Outra classe que se destacou no ano de 2010 foi a de iluminação pública, que cresceu 14,6%, influenciada pelos programas criados pelo GDF, principalmente, o Brasília Integrada e o Governo nas Cidades.

4.4 - Carga

A carga total do sistema CEB D, composta pelos valores de consumo dos clientes cativos, livres e pelo valor das perdas totais, cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo 6.419 GWh.

4.5 - Perdas Totais

O índice de perdas totais fechou o ano com uma leve alta em relação a 2009, isto é, aumentou de 12,71% para 12,76% em 2010.

4.6 - Reajuste Tarifário

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de agosto de 2010 o reajuste tarifário anual da CEB D. O reajuste médio ficou em 10,79% para o período de 12 meses, sendo 8,55% econômico e 2,24% de componente financeiro.

O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,66%, sendo de 7,77% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 6,10% para aqueles atendidos em baixa tensão.

5 - INDICADORES DE QUALIDADE

Os principais indicadores de qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica constantes do Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANEEL são o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor. Em 2010, foi apurado o valor de 15,23 para o DEC e 15,15 para o FEC.

A redução do FEC, em relação ao ano anterior (-7,11%), deve-se, entre outras ações, à instalação de equipamentos operacionais com tecnologia mais moderna e adequação de parte das redes de distribuição para padrões de melhor desempenho.

A redução do DEC, em relação ao ano anterior (-13,07%), é resultado das ações iniciadas em 2009, principalmente as obras de instalação de redes elétricas nos condomínios Sol Nascente e Pôr do Sol em Ceilândia e no Condomínio Porto Rico em Santa Maria.

Apesar da melhora nos indicadores de continuidade para o sistema, os valores obtidos para DEC ainda estão maiores que os limites máximos regulatórios. Isso se deve ao fato de que os limites estabelecidos pela ANEEL para cada um dos conjuntos apresentam taxa de melhora anual ainda maior do que os avanços obtidos pelas ações de melhoria da CEB D.

A implantação de novas subestações, previstas no PDD, e a consequente redução do comprimento dos circuitos, bem como o crescimento da capacidade de transformação, irá impactar positivamente, ajustando a taxa de melhora do desempenho do sistema de distribuição da CEB D à demanda da Agência Reguladora.

6 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

Em continuidade à gestão para modernização, adequação e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica da área de concessão, a CEB D executou o plano de obras de 2010, contemplando os diversos componentes do sistema.

6.1 - Obras Concluídas

a) Linhas e Subestações

- Implantação da Subestação Vale do Amanhecer, na configuração barra simples em 69kV e 13,8kV, composta por:

- ✓ Dois transformadores, 69-13,8kV, 6,25MVA;
- ✓ Dez cubículos de 13,8kV, sendo quatro para alimentadores, um para entrada de trafo, um para banco de capacitores, um serviço auxiliar e uma interligação de barras;
- ✓ Obra concluída em abril de 2010;
- ✓ Área de influência da SE: a implantação desta subestação irá melhorar o suprimento na região do Vale do Amanhecer. Atualmente, as cargas acima mencionadas são atendidas pela Subestação Planaltina.

- Subestação Santa Maria, com a instalação do transformador T1 20/26/32 MVA 138/13.8 kV e barra de alimentadores associados (oito alimentadores).

- ✓ Obra concluída em fevereiro de 2010;
- ✓ Área de influência da SE: a ampliação desta subestação irá melhorar o suprimento na Cidade de Santa Maria e atenderá ao aumento de carga no Pólo JK;
- ✓ Antes desta obra, a subestação contava com apenas oito alimentadores, e na configuração final passará para 16 alimentadores.

- Implantação da LD São José.

- ✓ 30,5 km de linha 69 kV circuito simples – Aéreo;
- ✓ Obra concluída em agosto de 2010;
- ✓ Esta obra tem por objetivo suprir a subestação São José, através de uma derivação da linha Sobradinho Transmissão x PAD.

- Implantação da Subestação São José, na configuração barra simples em 69kV e 13,8kV composta por:

- ✓ Um transformador, 69-13,8kV, 6,25MVA;

- ✓ Oito cubículos de 13,8kV, sendo quatro para alimentadores, um para entrada de trafo, um para banco de capacitores, um serviço auxiliar e uma interligação de barras;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Área de influência da SE: a implantação desta subestação irá melhorar o suprimento na região rural do PAD, aliviando a subestação do PAD. Hoje, as cargas acima mencionadas são atendidas pelas subestações PAD e Planaltina.
-
- Ampliação da subestação SE4, com a instalação de um terceiro transformador de 34,5/13,8kV, 20/25MVA. Esta obra foi concluída em julho de 2010 e possibilitou a melhoria no suprimento das cargas da Asa Norte.
-
- Instalação de banco de capacitores na subestação Guará.
 - ✓ Um banco de capacitores de 2,4MVA;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Banco já energizado;
 - ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Guará.
-
- Instalação de banco de capacitores na subestação Núcleo Bandeirante.
 - ✓ Um banco de capacitores de 2,4MVA;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Banco já energizado;
 - ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Núcleo Bandeirante.
-
- Instalação de banco de capacitores na subestação Sobradinho.
 - ✓ Um banco de capacitores de 2,4MVA;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Banco liberado para comissionamento;
 - ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Sobradinho.
-
- Instalação de banco de capacitores na subestação SE09.
 - ✓ Dois bancos de capacitores de 2,4MVA;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Bancos liberados para comissionamento;
 - ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região do Paranoá.
-
- Instalação de banco de capacitores na subestação Planaltina.
 - ✓ Dois bancos de capacitores de 2,4MVA;
 - ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
 - ✓ Bancos liberados para comissionamento;
 - ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região de Planaltina.

- Instalação de banco de capacitores na subestação SE04.
- ✓ Dois bancos de capacitores de 2,4MVA e dois bancos de capacitores de 4,8MVA;
- ✓ Obra concluída em setembro de 2010;
- ✓ Bancos liberados para comissionamento;
- ✓ Essa obra permitiu uma melhoria nos níveis de tensão na região da Asa Norte.

b) Rede de Distribuição Subterrânea (15 kV)

- 11,7 km de rede subterrânea de dutos;
- 172 caixas subterrâneas;
- 71 km de circuitos instalados;
- Foram executadas 22 Estações Transformadoras para Rede Subterrânea de 13,8kV/380-220 V, em diversos locais do Distrito Federal, totalizando 43.000 kVA de potência disponibilizada.

c) Rede de Distribuição Aérea (15 kV)

- 1.815 postes;
- 37,07 km de redes de distribuição de energia elétrica em Média Tensão (13,8 kV);
- 8,21 km de redes de distribuição de energia elétrica em Média Tensão (13,8 kV) e Baixa Tensão (220/380 V);
- 44,03 km de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão (220/380 V);
- 99 transformadores Monofásicos (13,8kV/220V) com uma carga disponibilizada de 1.102,50 kVA;
- 337 transformadores Trifásicos (13,8kV/220-380V) com uma carga disponibilizada de 18.720 kVA.

6.2 - Obras Relevantes em Curso

- Implantação da LD Samambaia x Riacho Fundo.
- ✓ 23 km de linha 138 kV circuito Duplo – Aéreo;
- ✓ Obra iniciada, previsão de conclusão: dezembro de 2011;
- ✓ Levantamento topográfico e sondagens iniciados;
- ✓ Sua implantação, juntamente com a subestação Riacho Fundo, em fase de licitação, melhorará o suprimento de energia na região de Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante e ADE Águas Claras.

7 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

No Programa de Eficiência Energética, a CEB Distribuição S.A. atuou na elaboração dos seguintes projetos básicos: Agente CEB 2010 e CEB nas Escolas. O projeto Agente CEB 2010, por determinação do Tribunal Regional Eleitoral (TER), não pode ser aplicado por motivo do Ano Eleitoral, ficando o projeto “sobrestado” no ano de 2010.

O projeto Agente CEB 2010 contempla a visitação a 80.000 residências de comunidades carentes para a troca de 6.500 refrigeradores, 300.000 lâmpadas ineficientes e a ministração de 100 palestras sócioeducativas, com ênfase em Eficiência Energética Residencial. O projeto pretende atender, a princípio, às regiões de Samambaia, Riacho Fundo II, Santa Maria, Recanto das Emas, Varjão, Estrutural - SCIA, Itapoã e parte de Sobradinho I, podendo ser estendido a outras regiões para totalizar as 80.000 visitas. Os equipamentos doados terão o selo PROCEL. Os refrigeradores não possuirão em seu sistema de refrigeração os gases que afetam a camada de ozônio e as lâmpadas serão fluorescentes compactas.

O projeto CEB nas escolas contempla o treinamento de alunos e professores de escolas públicas de ensinos fundamental e médio em metodologia de uso racional de energia elétrica.

O objetivo principal do projeto é treinar professores e orientar alunos das escolas públicas de ensinos fundamental e médio sobre a importância de utilizar a energia elétrica de forma racional, garantindo o entendimento sobre a economia de energia e sua relação com a sustentabilidade ambiental e social. O projeto “CEB NAS ESCOLAS” será desenvolvido em escolas localizadas em áreas identificadas no Distrito Federal. O projeto será baseado no programa PROCEL nas Escolas, adaptado com a inserção de aspectos locais sobre o meio ambiente e hábitos de consumo de energia elétrica.

No âmbito da Pesquisa e Desenvolvimento no setor elétrico, a CEB Distribuição S.A. entrou em parceria em três projetos cooperados com o Instituto IABRADEE da Energia, a saber: Estrutura Tarifária, Medição & Verificação e Redes Inteligentes – SMART GRID.

8 - PATRIMÔNIO HUMANO

A Superintendência de Recursos Humanos da CEB D tem como objetivo promover meios de excelência do potencial humano, tendo como princípio a valorização, a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, estimulando o ritmo e a natureza das mudanças organizacionais visando a atingir a Missão da Companhia.

Os principais projetos executados pela área de Recursos Humanos em 2010 foram voltados para capacitação, saúde e segurança no trabalho dos empregados e fiel cumprimento dos dispositivos constitucionais, CLT, legislação previdenciária, tributária e normas próprias da empresa.

Capacitação

Desenvolvimento de 208 ações de treinamento com 2.667 participações/ano, destacando-se os seguintes cursos:

- Treinamento de Integração para Novos Empregados, advindos do concurso público realizado em 2010, com o objetivo de compartilhar informações com os novos empregados sobre a empresa, de modo que possam, no exercício de suas atividades, ajudar a empresa no alcance dos objetivos empresariais, abrangendo 97 novos empregados.

- Formação de eletricitas de redes de distribuição aérea e subterrânea e de subestações de distribuição e formação de eletrotécnicos, com o objetivo de preparar os novos eletricitas e eletrotécnicos

da CEB D para desenvolverem as atividades referentes aos serviços da área fim da empresa, atingindo 43 novos empregados.

- Formação de atendente comercial, com o objetivo de preparar os profissionais ligados à área de atendimento ao cliente, para o exercício das suas atribuições, observando os melhores conhecimentos relativos à associação entre os procedimentos comerciais, a Resolução nº 456/2000 – ANEEL, a Norma Técnica de Distribuição 6.01 e Excelência no Atendimento, para a plena consecução dos trabalhos, envolvendo 27 profissionais.

- Formação de atendentes do *call center*, com o objetivo de conseguir a excelência na prestação de serviços, sendo três turmas, perfazendo um total de 75 colaboradores.

- Básico de serviços comerciais e emergências para eletricitas de empreiteira, com o objetivo de preparar 12 eletricitas de empreiteiras para desenvolverem as atividades referentes aos serviços emergenciais em redes aéreas convencionais e redes secundárias isoladas, utilizando o equipamento de envio e recepção de mensagens pelo Sistema OminiSat.

- Reciclagem da NTD 6.01, com o objetivo de atender às exigências legais e reciclar os conhecimentos técnicos dos eletricitas de serviços comerciais e emergenciais da CEB D e prestadoras de serviços na Norma Técnica de Distribuição NTD-6.01 e Resolução nº 456/2000 – ANEEL, sendo 15 turmas, totalizando 279 empregados.

- Eletricista autônomo e reciclagem para eletricitas autônomos, com o objetivo de capacitar eletricitas autônomos que executam serviços na área de concessão da CEB D para montagem de padrão de entrada de energia elétrica, sendo quatro turmas, alcançando um total de 74 alunos.

- Rodeio de eletricitas da CEB D. Triagem, entre os empregados da empresa e das contratadas, com o objetivo de selecionar por intermédio de realização de avaliação prática as seis equipes de eletricitas da CEB D e das empreiteiras que participaram do 3º Rodeio de Eletricitas da CEB D, sendo três turmas, envolvendo 27 empregados e colaboradores.

- Preparatório das Equipes do 3º Rodeio Nacional de Eletricitas, com o objetivo de preparar os 13 empregados que constituíram as equipes da CEB D na execução das tarefas do 3º Rodeio Nacional de Eletricitas.

- Seminário Internacional de Perdas em Sistemas de Distribuição, com a participação de 50 empregados da área fim da empresa.

- II Encontro de Eletricitas do DF, com o objetivo de discutir com os eletricitas autônomos, eletricitas da CEB D, fabricantes e fornecedores de materiais a qualidade dos materiais homologados pela CEB D em relação àqueles comercializados pelas lojas de materiais elétricos do DF, fundamentando-se no item Controle e Qualidade de Materiais da NTD-6.01, envolvendo a participação de 111 pessoas (empregados e colaboradores).

- Curso de prevenção de acidentes do trabalho para componentes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Segurança do Trabalho

- Em setembro de 2010, mais uma vez, a CEB D tem o orgulho em ser reconhecida pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), entre as empresas do setor elétrico, pela dedicação à segurança de sua força de trabalho e da população no ano de 2009. A Companhia está classificada entre as três melhores empresas do País, na categoria com mais de 500 empregados, e foi contemplada com a 30ª edição da Medalha Eloy Chaves.

- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da CEB: foi realizada a eleição para composição da CIPA, conforme estabelece o Ministério do Trabalho e Emprego. Em outubro, tomaram posse os membros representantes das CIPAS Leste, Oeste, SIA e Pirâmide para a gestão 2010/2011. Foram realizadas 24 reuniões ordinárias das CIPAs, e a SRH promoveu o apoio técnico às suas atividades, conforme estabelece a NR-04 do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre as atribuições das CIPAS, estão incluídas:

- ✓ despertar o interesse dos empregados pelos assuntos ligados à prevenção de acidentes e doenças do trabalho;
- ✓ propor cursos e treinamentos para os empregados;
- ✓ observar e relatar condições de risco nos ambientes de trabalho;
- ✓ solicitar medidas para reduzir, até eliminar, os riscos existentes ou neutralizá-los com medidas de controle;
- ✓ discutir os acidentes ocorridos e solicitar medidas que previnam acidentes semelhantes.

- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT): visa à melhoria da qualidade de vida, a promoção do bem-estar, a valorização da saúde dos empregados da CEB D e de seus prestadores de serviços e a prevenção de acidentes de trabalho, por meio de atividades dedicadas à reflexão por parte dos trabalhos sobre a importância da prevenção de acidentes e doenças no ambiente do trabalho. A SIPAT foi realizada na semana de 25 a 27 de agosto nas instalações da CEB D. Entre as atividades, foi realizado o 3º Rodeio de Eletricistas da CEB D e a promoção de palestras com temas voltados para segurança e a saúde do trabalhador ministrada por profissionais da área de saúde:

- ✓ A Saúde do Homem (ministrada pela médica urologista Dra. Aparecida Murr); Doenças Cardiovasculares (médica cardiologista Dra. Roberta Faria);
- ✓ Aposentadoria Suplementar (ministrada por Claudio Santos Nascimento);
- ✓ Obesidade e Dislipidemia (ministrada pelo médico endocrinologista Dr. Ronaldo Gomes);

Foram incluídos na programação os seguintes eventos:

- ✓ Apresentação teatral com o tema “Um Quase Acidente de trabalho!”;
- ✓ Atividade de Yoga laboral;
- ✓ Colaboração do Laboratório SABIN, atuando para verificar bioimpedância e pressão arterial;
- ✓ Massagem expressa;
- ✓ Verificação de glicemia pele Equipe da Secretaria de Saúde;

- ✓ A SIPAT foi encerrada com a realização do “3º Rodeio de Eletricistas da CEB D”. O Rodeio de Eletricistas da CEB D é uma competição que busca prestigiar as melhores práticas, observando normas de segurança, perícia e habilidade na execução de tarefas rotineiras dos eletricistas, além de promover a integração entre os participantes;
 - ✓ A tradição dos rodeios é seguida à risca: arena de rodeio, narrador, oração para Nossa Senhora Aparecida, apresentação de dança nos intervalos e chapéu de boiadeiro. Participaram do Rodeio os empregados da CEB D e de empreiteiras e das prestadoras de serviço.
- Ministar o Curso de Prevenção de Acidentes do Trabalho para os membros da CIPA-CEB.
 - Elaboração de Especificação Técnica de Equipamentos e Proteção Individual – EPI.
 - Elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambiental.
 - Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
 - Continuidade ao Projeto de Implantação da NR-33 – Procedimentos para trabalho em ambiente confinado (Rede Subterrânea de Distribuição de Energia Elétrica).
 - Realizar investigação e análise dos acidentes do trabalho ocorridos com empregados próprios e das contratadas.
 - Cadastrar e elaborar estatística dos acidentes e doenças do trabalho registrados.
 - Elaborar estatística de absenteísmo e **benchmarking**.
 - Elaborar Perfil Profissiográfico Previdenciário dos empregados para fins de aposentadoria.
 - Plantão para atender a acidente de origem elétrica com pessoas do público e força de trabalho ocorrido nas instalações elétricas de distribuição de energia elétrica.
 - Inspeção prévia de segurança do trabalho para início de obras nas instalações elétricas.
 - Inspeção de Segurança do Trabalho de rotina nas turmas próprias, empreiteiras e instalações da Companhia.
 - Acompanhar as obras de construção, ampliação e reforma das instalações elétricas de distribuição de energia elétrica.
 - Atualizar e adequar ao padrão ISO 9001:2008 a Norma interna da empresa “Série Segurança e Medicina do Trabalho”.
 - Adequar a norma de Licença Médica da empresa ao padrão ISO 9001:2008.
 - Participar em processos judiciais na função de perito assistente e elaborar quesitos para subsidiar a área jurídica na formulação de contestações em ações trabalhistas.
 - Participar em reunião no INSS com o objetivo de dar encaminhamentos sobre a minuta de convênio de cooperação técnica entre o INSS da GEX DF com empresas no âmbito da reabilitação profissional, para a readaptação profissional, troca de função/posto de trabalho/atividade, desenvolvida ou

promovida pela Companhia e homologada pela equipe de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal.

- Participar da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil. O evento foi promovido pela Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e foi realizado no dia 03/03/2010, das 13 às 19 horas, no Auditório da Faculdade Jesus Maria e José – FAJESU, localizada na QNG 48, Área Especial nº 08 – Taguatinga Norte – DF.

- Participar do Comitê Brasileiro de Segurança do Trabalho do Setor Elétrico Brasileiro.

- Participar como juiz do 3º Rodeio Nacional de Eletricistas, realizado na cidade de São Paulo, de 20 a 23 de novembro.

- Estabelecer um novo modelo de placa de sinalização para subestações.

- Participar do Curso Piloto de Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados no Setor de Energia Elétrica Brasileiro, destinado aos componentes do Grupo Técnico, realizado no período de 26 a 30/07/2010 e realizado pela Fundação COGE.

- Coordenação do 3º Rodeio de Eletricistas da CEB D 2010.

Saúde Ocupacional

- Avaliação Psicológica: foram realizadas 44 avaliações psicológicas no ano de 2010 entre empregados que recebem o adicional de periculosidade, além de gerentes que realizaram avaliação específica para o cargo com vistas a avaliar aspectos emocionais e impactos no trabalho;

- Contratação do CETEFE (Associação de portadores de necessidades especiais). A CEB D tem 60 profissionais contratados por meio desta associação.

- Remanejamentos: registram-se 49 solicitações, das quais 17 são efetivadas e 32 estão em andamento.

- Realocação de Pessoal Afastado: registram-se 11 solicitações, das quais 5 foram concluídas.

- Atendimento de Retorno ao Trabalho após afastamento pelo INSS: foram realizados três atendimentos a empregados que retornaram ao trabalho após licença médica, como forma de facilitar a readaptação profissional.

- Atendimento Psicossocial após o exame periódico: avaliação periódica e multidisciplinar com finalidade de averiguar situações de convívio nos âmbitos profissionais, emocionais, psicológicos e familiares. Foram realizados 28 atendimentos pelos profissionais de psicologia e assistência social.

- Atendimento domiciliar: visitas marcadas com base na lista de empregados afastados pelo INSS, cujo objetivo principal é a verificação das atuais condições de saúde do empregado e seu convívio social. Foram realizadas 21 visitas.

- Atendimento Psicossocial Hospitalar: foram feitas 19 visitas hospitalares, para acompanhamento de empregados em tratamento.

- Atendimento com famílias de empregados: foram realizados 82 atendimentos psicossociais às famílias dos colaboradores.

- Administrar o fornecimento e controle de qualidade do lanche matinal, atendendo à cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho. Supervisão qualitativa e quantitativa do lanche matinal: com o objetivo de verificar se a empresa responsável pelo fornecimento do lanche matinal obedece às Cláusulas Contratuais e Especificações Técnicas da área. Foram distribuídos 103.534 lanches no ano de 2010.

- Orientação Nutricional, com objetivo de conscientizar sobre as vantagens de uma alimentação saudável, contribuindo, desta maneira, para o bem-estar físico e mental de todos os avaliados. Total de 80 atendimentos, entre empregados, dependentes e estagiários.

- Como forma de contribuir nas Campanhas de Saúde Mensais da CEB D, elaborou-se artigos sobre o Dia Mundial do Coração e sobre o Dia Mundial da Alimentação, de acordo com o calendário disponibilizado pelo Ministério da Saúde, os quais foram divulgados eletronicamente por meio do CEB Geral para todos os empregados.

- Exame Médico-periódico – são exames realizados anualmente e têm como objetivo cumprir a Lei nº 6514/77 de 22/12/77 e a Portaria – nº 3214/78 de 06/07/78 do MTE, que estabelece sua obrigatoriedade e a prevenção, o rastreamento e/ou o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Um total de 377 empregados concluiu o exame com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e 376 iniciaram o processo.

- Exame Médico-admissional – são exames realizados a partir da contratação mediante concurso público realizado no ano de 2010. Foram iniciados 276 exames e concluídos 203 até o momento.

- VI Campanha de Doação de Sangue, ocorrida em março de 2010, objetivou apoiar o Hemocentro na divulgação da cultura de doação voluntária de sangue na comunidade e captação de doadores voluntários; oito empregados foram à instituição para doação.

- Campanha de Saúde da Mulher com palestras educativas: “As duas fases da mulher”, ministrada pelo Dr. Luciano Pina Góis. Contou com a participação de 36 empregados dos diversos setores da empresa: estagiárias, CETEFE, prestadoras e empregadas.

- Campanha contra o Tabagismo: “Tabagista: quem é você?”, a equipe de saúde elaborou material de estudo para traçar o perfil do fumante e propor futuras ações de combate ao fumo.

- Campanha de promoção à Saúde Mental realizada no mês de outubro de 2010: contou com palestra vivencial do Psicólogo Kayano Silva, objetivando esclarecer e sensibilizar os empregados a respeito da importância da psicoterapia. Participaram 36 empregados. Foi divulgado material sobre os diversos transtornos mentais e forma de tratamento no total de 300 *folders*. Nesta campanha também foi apresentado o filme “Mr. Jones”, sobre Transtorno Bipolar.

- Sistema de Avaliação dos Empregados em Período de Experiência: os gerentes que receberam novos empregados concursados estão realizando três avaliações mensais pelo período de 90 dias do Contrato de Experiência. A Avaliação contempla a negociação das atividades com os empregados

e a avaliação dos fatores comportamentais vinculados aos valores da Companhia. Desde as primeiras contratações por meio de concurso público, foram realizadas 198 Avaliações.

Administração de Pessoal

- Concurso Público: foram contratados 156 empregados das mais diversas áreas da empresa, tais como: analista de sistemas, administrador, contador, engenheiro eletricista, engenheiro civil, psicólogo, nutricionista, assistente social, agente-administrativo, agente-comercial, eletricitas, eletrotécnicos. Já acabou o cadastro-reserva dos cargos: agente-administrativo de suporte e serviços comerciais. Foram demitidos nove empregados.

- Em março de 2010, foi implantada a primeira etapa do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, chamada de enquadramento cego, que é composto pela transposição dos salários da antiga tabela salarial para uma nova, o custo médio foi de 3,8% da folha de pagamento, permitindo um reajuste entre 2% e 5% para os empregados.

- Portal RH: Implantação da ferramenta por meio da qual os colaboradores terão acesso a demonstrativos de pagamento, solicitação de férias, consulta de férias aprovadas, recibos de férias, dados cadastrais, histórico, dados sobre dependentes, comprovante de rendimentos, informativos (carta de referência) e telefones pessoais.

- Contratação IF Estágio: Contratação de 120 estagiários através do agente de integração, Instituto Fecomércio.

- Consistência da folha de pagamento de pessoal.

- Conformidade legal nos processos de admissão, demissão, cessão, requisição, aposentadoria e pensão alimentícia.

- Justiça do Trabalho.

- Atendimento à fiscalização.

- Controle e concessão de férias.

- Controle de frequência.

- Recolhimento de contribuição ao INSS.

9. COMUNICAÇÃO

No início de 2010, a Comunicação Empresarial da CEB D deu continuidade à campanha publicitária institucional, CEB Reconquista, constante de Projeto da CEB D, com destaque a importantes obras de infraestrutura executadas pela Companhia.

As peças publicitárias foram amplamente divulgadas nos principais veículos de comunicação do DF, como televisão, rádio, jornal, mídia exterior, além de panfletos e cartilhas. O trabalho foi todo protagonizado por integrantes do quadro da Companhia, para valorizar seus empregados.

Ao longo do ano, a Comunicação Empresarial, considerando as implicações legais em decorrência do período eleitoral, focou suas principais estratégias em mídia espontânea, que consiste na divulgação de matérias de interesse da empresa sem custos. Mesmo assim, durante o período das festas juninas e da Copa do Mundo, a Comunicação Empresarial preparou uma campanha de conscientização do público para evitar acidentes na rede elétrica. A campanha repercutiu positivamente em todos os veículos de comunicação.

Em agosto de 2010, a CEB D foi a empresa anfitriã do I Seminário Internacional sobre Perdas em Sistemas de Distribuição, promovido pelo BRACIER, Comitê Nacional Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (CIER). Executivos do setor elétrico e representantes de países como Argentina, Colômbia, Espanha, Itália, Peru e Uruguai participaram do seminário e puderam conhecer o Centro de Medição e Fiscalização, os principais ganhos e benefícios na utilização da nova tecnologia.

No mês de outubro, a CEB D apoiou a campanha de combate à dengue, promovida pelo Governo do Distrito Federal, e incluiu em sua fatura de energia um *layout* especial para divulgar a campanha.

Ainda no mesmo mês, foi colocado em ação plano de prevenção para o período de chuvas, com reforço nas equipes.

Durante o mês de novembro, a CEB D participou e divulgou a V Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), em parceria com 31 concessionárias associadas em todo o País. A Comunicação Empresarial da CEB D elaborou *folders* e cartilhas com o objetivo de conscientizar a população e os empregados sobre os cuidados a serem observados para evitar acidentes com a rede de energia elétrica. A expectativa é de que a repetição anual deste formato seja complementada por ações permanentes, para contribuir para a conscientização da prevenção de riscos e a redução do número de acidentes.

10 - CONSELHO DE CONSUMIDORES

Neste ano, o Conselho de Consumidores realizou 11 reuniões ordinárias, iniciando-se no mês de fevereiro.

No mês de março foi realizada visita técnica à Corumbá Concessões.

Em abril, em conjunto com a CEB D, promovemos o 2º Encontro de Eletricistas do Distrito Federal, realizado no auditório do CREA-DF, o qual contou com 425 inscritos e 257 presentes.

Em maio, foram realizadas audiências com os Senadores Adelmir Santana, Renato Casagrande e Cristovam Buarque e, ainda, com o Dr. Ricardo Vidinich, da ANEEL, todas para tratar do Projeto de Lei do Senado nº 105/2010, de autoria do Senador Renato Casagrande, que trata da criação do Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (CONACON) e dá outras providências.

Em junho, foram realizadas reuniões com os representantes dos conselhos de Consumidores de MG, MS, RJ, ES, AP e AC, para tratar do citado PL, bem como Audiência com a Assessora Jurídica do Senador Renato Casagrande, quando foi entregue a minuta contendo as contribuições destes Conselhos ao PL 105/2010.

Na reunião de julho, tivemos as presenças do diretor-geral da CEB D e do representante do Conselho Ambiental Comunitário Administrativo Gama – Distrito Federal – CACAGDF. Na citada reunião, os conselheiros ouviram apresentação sobre a revisão tarifária da CEB. Nesse mês, ainda, o Conselho participou, em conjunto com os conselheiros do RJ, de MG, do TO e do AP, de reunião com o Dr. Romeu Rufino, da ANEEL. Ainda em julho, o Conselho participou do III Seminário dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica da Região Sudeste, promovido pela AES Eletropaulo, em São Paulo.

Em agosto, o Conselho participou do Fórum Nordeste dos Conselhos de Consumidores, promovido pela COELBA, em Salvador – BA, e do Seminário Internacional Sobre Perdas em Sistemas de Distribuição, realizado em Brasília.

No mês de setembro, participamos do Fórum Norte dos Conselhos de Consumidores (Reunião da Coordenadoria Norte dos Conselhos de Consumidores, promovido pela CELPA, em Belém - PA).

Em outubro, promovemos o 1º Encontro dos Conselhos de Consumidores do Centro-Oeste, no Parlamundi.

Em novembro, participamos do XII Encontro Nacional dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, promovido pela CEMIG, em Belo Horizonte - BH. Neste mês, o presidente do Conselho concedeu entrevista a Srta. Natasha Messias de Lima Dias, que está fazendo Mestrado na UNB e defendendo tese sobre Conselhos de Consumidores.

Para concluir o ano, promovemos Reunião/Confraternização, com a participação do Presidente da CEB D, Dr. Carlos Antonio Leal, e do Presidente do Conselho Nacional, Sr. Manoel Neto.

11 - INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Além da sua responsabilidade de distribuir energia elétrica ao Distrito Federal, a CEB D promove qualidade de vida e o desenvolvimento do Estado, tendo como forte aliança nesse processo o diálogo ético e transparente com suas partes interessadas clientes, acionistas, empregados, colaboradores, fornecedores, governo e sociedade.

Para isso, a Companhia utiliza diversos meios e canais de relacionamento que fortalecem a gestão corporativa e a melhoria da qualidade da prestação do serviço, promovendo acesso a informações e serviços para os ambientes interno e externo.

Como principais instrumentos, cabe destacar para o ambiente externo as suas agências de atendimento, o atendimento telefônico por meio do *call center*, o seu *site* na Internet (www.ceb.com.br), bem como a

Ouvidoria. No ambiente interno, a intranet constitui importante meio de comunicação aos empregados e colaboradores com notícias atualizadas da Companhia.

Esses canais desempenham importante papel no processo de transparência das informações da Companhia, aquelas relacionadas ao atendimento de serviços ao cliente, às informações de natureza econômico-financeira e de implementação de programas e projetos do sistema elétrico de distribuição e também projetos sociais.

O Programa CEB Solidária e Sustentável, criado em 2001, tem sido um importante investimento social, desenvolvido e mantido pela Companhia, no âmbito do Distrito Federal, que contempla projetos destinados à inclusão social e de resgate da cidadania, perante comunidades em risco social.

Consolidando a imagem da Companhia de atuar como agente de melhorias socioambientais, com investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento regional, a geração de renda e a educação, cujos resultados contribuam com a redução das desigualdades sociais, o CEB Solidária e Sustentável contempla dois grandes projetos: Gente de Sucesso e Luz das Letras.

O objetivo desses projetos é oferecer melhores expectativas de vida e inserção social a crianças e adolescentes em risco social no DF, com atividades complementares às da escola, com prática de esportes, atividades de lazer e acompanhamento escolar, bem como de resgate da cidadania a jovens, adultos e idosos proporcionando-lhes a alfabetização.

O Projeto Gente de Sucesso, realizado em parceria com a Associação Brasiliense de Ações Humanitárias (ABA) e a Vara da Infância e Juventude do DF, tem por objetivo promover a ascensão social de 45 pessoas (crianças e adolescentes), em situação de risco social, auxiliando-os no acesso às condições básicas de sobrevivência: assistência à saúde, nutrição, acompanhamento psicossocial e à educação sistemática (Ensino Fundamental, Médio e Superior ou Profissionalizante) até 21 anos, ou até 24 anos, se for universitário.

Em funcionamento desde 2001, a inserção do participante no programa se dá mediante encaminhamento da Vara da Infância e Juventude do DF e análise de caso da equipe multidisciplinar do projeto. Cada participante tem a sua situação socioeconômica e educacional permanentemente acompanhada, visando a garantia dos direitos básicos, minimização dos riscos sociais e fortalecimento do vínculo familiar.

O projeto contempla investimentos na educação: aulas de reforço, material escolar, uniforme, nutrição, transporte e atividades físicas, e vem tendo resultado exitoso na inclusão social, já constatado com os beneficiários (por exemplo: prática de ginástica olímpica com preparação para competições nacionais, chegando à primeira colocação no campeonato nacional da modalidade).

O Projeto Luz das Letras, realizado em parceria com a Fundação Universa, organiza, periodicamente, uma agenda para divulgação do projeto às instituições das comunidades menos favorecidas do Distrito Federal.

O projeto tem por objetivo a alfabetização de jovens, adultos e idosos, através de *software* específico, bem como o acesso ao mundo digital, inclusive às pessoas com mais de 80 anos, concedendo não apenas a busca do conhecimento, mas a autovalorização e autoestima desses destinatários.

Em cumprimento à agenda, durante o ano de 2010, o Projeto Luz das Letras esteve em visita a instituições, inclusive as que trabalham com idosos, que teve como resultado o interesse dos idosos que não puderam frequentar a escola, a oportunidade de dedicar uma pequena parte do tempo de sua vida na transformação dessa realidade, almejando o despertar do interesse e da satisfação em aprender, mesmo na idade adulta.

Resultados alcançados no exercício de 2010: benefício de aproximadamente 2.729 jovens, adultos e idosos no processo de alfabetização desenvolvido em 19 unidades situadas nas regiões do Paranoá, Café sem Troco, Recanto das Emas, Varjão, Itapoã, Arapoanga, Planaltina, Riacho Fundo II, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Gama e no Plano Piloto, em parceria com o Centro de Apoio ao Surdo, Centro de EJA da Asa Sul, Centro de Ensino Médio Setor Oeste e Escola Classe 314-Sul, Lago Norte.

12 - DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 9,42%, passando de R\$ 1.665,5 milhões em 2009 para 1.822,4 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento na venda de energia elétrica em 13,60%, do aumento médio de 10,79% em 26 de agosto de 2010 na tarifa média de fornecimento de energia ao consumidor final. Vale acrescentar que a receita de construção foi excluída para a análise, por fazer parte dos efeitos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2009, e não constitui efeito real sobre a receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA.

O custo com energia elétrica, composto por compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu 757,2 milhões em 2010, portanto 16,32% acima dos 651 milhões verificados em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i) aumento de 13,37% na energia comprada para atendimento ao aumento de demanda de 5.036.062 MWh em 2009 para 5.382.635 MWh em 2010; ii) aumento de 4,49% no preço médio para compra de energia; e iii) aumento de 34,91% nos custos dos encargos do sistema.

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu 132,9 milhões em 2010, representando um aumento de 4,20% em relação aos R\$ 127,5 milhões em 2009. Para uma correta análise, o custo de construção foi excluído desses totais, uma vez que existem as respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita.

As despesas operacionais são compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas e aumentaram 29,17%, passando de R\$ 155,3 milhões em 2009 para R\$ 200,6 milhões em 2010, influenciadas principalmente pelo aumento na rubrica de pessoal (novas contratações) e serviço de terceiros.

O EBITDA da Companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, passou de R\$ 106,9 milhões em 2009 para R\$ 58 milhões em 2010, representando uma redução de 45,74%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento do custo do serviço com energia elétrica. A receita operacional líquida, excluída dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), apresentou um aumento de 6,3%, enquanto os custos e as despesas operacionais cresceram 12,06% em proporções superiores ao da receita.

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 73,1 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 81,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$ 8,7 milhões de um período para o outro. A rubrica que mais influenciou esse aumento foi “Encargos de dívidas”, que passou de R\$ 27 milhões em 2009 para R\$ 37 milhões em 2010, representando uma variação de R\$ 10 milhões. O principal fator impactante deste resultado foi o aumento no endividamento financeiro, em 6,51% (27 milhões).

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi um prejuízo de 31,5 milhões em relação ao lucro de R\$ 30,1 milhões em 2009.

12.1 Investimentos

No exercício de 2010, a CEB Distribuição S.A. investiu R\$ 267,2 milhões, sendo incorporados ao seu ativo em serviço R\$ 168,6 milhões.

13 - CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 350,5 milhões, dividido em 350.532.450 (trezentos e cinquenta milhões, quinhentos e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília – CEB.

14 - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. EM NÚMEROS

Atendimento	Unidade	2009	2010
Número de Empregados	U	661	802
Relação Clientes/Empregados	U	1.250	1062
Mercado			
Área de Concessão	km ²	5.822,1	5.822,1
Número de Consumidores	U	826.688	851.787
Consumo Médio Residencial	KWh/ano	220,61	223,90
Perdas de Energia	%	12,71	12,76
Demanda	MW	977,4	1.027,3
Financeiros			
Receita Operacional Bruta	R\$ mil	1.665.563	1.822.416
Receita Operacional Líquida	R\$ mil	1.128.509	1.199.677
Econômicos			
Resultado Financeiro	R\$ mil	(48.659)	(42.351)
EBITDA	R\$ mil	106.875	58.257
Margem EBITDA	%	10,78%	5,10%
Lucro (Prejuízo)	R\$ mil	30.097	(31.532)
Resultado Por Ações (*)	R\$ mil	0,2294	(0,0900)
Patrimônio Líquido	R\$ mil	291.987	260.456

CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS – Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 – Service Concession Arrangements, referente à contabilização nas concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 – Contratos de Concessão), bem como ao não reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC 00 – Estrutura Conceitual).

A ANEEL considera que estes ajustes não representam o negócio das concessionárias distribuidoras e editou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue a conciliação entre a demonstração financeira regulatória e societária.

Balço patrimonial em

	Regulatório	Ajuste	Societário em
	31/12/2010	Regulatórios	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	62.015		62.015
Consumidores, Concessionários e Permissionários	278.712		278.712
Encargos a Recuperar na Tarifa	68	(68)	-
Créditos com Empregados	1.670		1.670
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	17.393		17.393
Estoques	7.436		7.436
Cauções e Depósitos Vinculados	7.425	(7.425)	-
Despesas Pagas Antecipadamente-Ativos Regulatórios	41.168	(41.168)	-
Outros Créditos	9.586		9.586
TOTAL DO CIRCULANTE	425.473	(48.661)	376.812
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores, Concessionários e Permissionários	110.371		110.371
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	20.517		20.517
Ativo Financeiro de Concessões		343.738	343.738
Depósitos Judiciais Vinculados a Litígios	1.277	7.425	8.702
Bens e Direitos Destinados à Alienação	284.027		284.027
Outros Créditos	229		229
	416.421	351.163	767.584
Imobilizado	660.022	(580.120)	79.902
Intangível	11.733	244.699	256.432
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.088.176	15.742	1.103.918
TOTAL DO ATIVO	1.513.649	(32.919)	1.480.730

Balço patrimonial em

	Regulatório	Ajuste	Societário em
	31/12/2010	Regulatórios	31/12/2010
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	136.181		136.181
Tributos e Contribuições Sociais	89.227		89.227
Contribuição de Iluminação Pública	54.318		54.318
Empréstimos e Financiamentos	143.421		143.421
Benefícios a Empregados	55.614		55.614
Consumidores	6.043		6.043
Passivos Regulatórios	16.032	(16.032)	-
Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	19.423		19.423
Encargos do Consumidor a Recolher	14.871		14.871
Pesquisa & Desenvolvimento	7.163		7.163
Programa de Eficiência Energética	23.774		23.774
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	9.805		9.805
Outras Obrigações	14.723		14.723
TOTAL DO CIRCULANTE	590.595	(16.032)	574.563
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	300.039		300.039
Benefício Pós-Emprego - Previdência e Assistência	189.150		189.150
Superávit de Baixa Renda	74.688		74.688
Programa de Demissão Voluntária - PDV	26.507		26.507
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	54.276		54.276
Outras Obrigações	1.051		1.051
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	645.711	-	645.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social Realizado	350.532		350.532
Prejuízos Acumulados	(73.189)		(73.189)
Ajuste 1ª. Adoção IFRS	-	(16.887)	(16.887)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	277.343	(16.887)	260.456
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.513.649	(32.919)	1.480.730

Demonstração do Resultado	Regulatório em 2010	Ajustes Societários	Societário em 2010
RECEITA OPERACIONAL	1.710.607	111.809	1.822.416
Fornecimento de energia elétrica	1.678.917	(34.306)	1.644.611
Remuneração Financeira WACC		34.202	34.202
Energia de Curto Prazo	10.564	-	10.564
Disponibilização do Sistema de Distribuição	23.239	-	23.239
Arrendamentos e Aluguéis	14.739	-	14.739
Receita (Reversão) Reposicionamento Tarifário	(23.512)	23.512	-
Receita de Construção - Concessão		88.401	88.401
Outras receitas operacionais	6.660	-	6.660
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(627.132)	4.393	(622.739)
Impostos	(335.329)	-	(335.329)
ICMS	(334.539)	-	(334.539)
ISS	(790)	-	(790)
Contribuições	(160.345)	-	(160.345)
PIS/PASEP	(28.602)	-	(28.602)
COFINS	(131.743)	-	(131.743)
Encargos do Consumidor	(131.458)	4.393	(127.065)
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.432)	-	(5.432)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(5.299)	-	(5.299)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(50.256)	706	(49.550)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(61.863)	3.687	(58.176)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(5.302)	-	(5.302)
Outros Encargos	(3.306)	-	(3.306)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.083.475	116.202	1.199.677
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(883.503)	(95.024)	(978.527)
Custo com Energia Elétrica	(746.852)	(10.367)	(757.219)
Energia elétrica comprada para revenda	(613.944)	(5.520)	(619.464)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(17.327)	-	(17.327)
Encargos de uso da rede elétrica	(115.581)	(4.847)	(120.428)
Custo de Operação	(136.651)	(84.657)	(221.308)
Pessoal e Administradores	(55.756)	-	(55.756)
Entidade de Previdência Privada	(2.438)	-	(2.438)
Material	(3.110)	-	(3.110)
Serviço de Terceiros	(34.200)	198	(34.002)
Depreciação e Amortização	(39.049)	3.546	(35.503)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(2.122)	-	(2.122)
Custo de Construção - Concessão		(88.401)	(88.401)
Outros custos	24	-	24
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	199.972	21.178	221.150
Despesas Operacionais	(200.562)	-	(200.562)
Despesas com vendas	(62.942)	-	(62.942)
Despesas gerais e administrativas	(137.620)	-	(137.620)
RESULTADO DO SERVIÇO	(590)	21.178	20.588
RESULTADO FINANCEIRO	(39.540)	(2.811)	(42.351)
Receitas Financeiras	45.225	(5.746)	39.479
Despesas Financeiras	(84.765)	2.935	(81.830)
RESULTADO OPERACIONAL	(40.130)	18.367	(21.763)
LUCRO(PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS	(40.130)	18.367	(21.763)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.253)		(1.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(8.516)		(8.516)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(49.899)	18.367	(31.532)

Demonstração do Valor Adicionado	Regulatório em 2010	Ajustes Societários	Societário 2010
1 . RECEITAS	1.709.396	23.408	1.821.205
Vendas e Serviços	1.710.607	23.408	1.734.015
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(1.487)	-	(1.487)
Receita de Construção - concessão		88.401	88.401
Outros Resultados Operacionais	276	-	276
2. (-)INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	905.607	(98.571)	1.004.178
Custo de Energia Elétrica	746.852	10.367	757.219
Custo de Construção - concessão		88.401	88.401
Material	6.159	-	6.159
Serviço de Terceiros	109.516	(198)	109.318
Provisões/Reversões (exceto PDD)	18.645	-	18.645
Outros	24.435	1	24.436
3. (=)VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	803.789	(75.163)	817.027
4. (-)RETENÇÕES (DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)	41.215	(3.546)	37.669
5. (=)VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	762.574	(71.617)	779.358
6. (+)VALOR ADICIONADO RECEB EM TRANSFERÊNCIA	45.225	(5.745)	39.480
Receitas Financeiras	45.225	(5.745)	39.480
7. (=)VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	807.799	(77.362)	818.838
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	807.799	11.039	818.838
PESSOAL E ENCARGOS	118.914	-	118.914
Remunerações	75.991	-	75.991
Encargos Sociais(exceto INSS)	7.369	-	7.369
Entidade de Previdência Privada	5.418	-	5.418
Benefícios	8.802	-	8.802
Convênio Assistencial	18.810	-	18.810
Outras Despesas	2.524	-	2.524
GOVERNO	654.018	(4.393)	649.625
Impostos e Contribuições	520.438	-	520.438
Federal	185.109		185.109
Estadual	335.329		335.329
Obrigações Intrasetoriais	133.580	(4.393)	129.187
FINANCIADORES	84.766	(2.935)	81.831
Despesas Financeiras	84.766	(2.935)	81.831
ACIONISTAS	(49.899)	18.367	(31.532)
Lucro (Prejuízo)do exercício	(49.899)	18.367	(31.532)

Balço Patrimonial

	Regulatório em 2009	Reclassificações	Ajustes	Sociário em 2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	23.792			23.792
Contas a Receber	229.416	583		229.999
Encargos a Recuperar na Tarifa	726	(583)	(143)	-
Créditos com Empregados	8.920	(7.172)		1.748
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	21.139			21.139
Estoques	9.809			9.809
Cauções e Depósitos Vinculados	14.666	(14.666)		-
Ativos Regulatórios	49.572		(49.572)	-
Outros Créditos	21.984	(2.739)		19.245
TOTAL DO CIRCULANTE	380.024	(24.577)	(49.715)	305.732
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Receber	103.194			103.194
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	12.551			12.551
Ativo Financeiro de Concessões			239.157	239.157
Depósitos Judiciais Vinculados a Litígios	5.328	14.666		19.994
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.516			8.516
Bens e Direitos Destinados à Alienação	275.969	2.739		278.708
Outros Créditos	190			190
	405.748	17.405	239.157	662.310
Imobilizado	634.944		(559.200)	75.744
Intangível	4.862		324.814	329.676
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.045.554	17.405	4.771	1.067.730
TOTAL DO ATIVO	1.425.578	(7.172)	(44.944)	1.373.462

Balanco Patrimonial

	Regulatório em 2009	Reclassif icações	Ajustes	Societário em 2009
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	115.467			115.467
Programa de Demissão Voluntária - PDV	18.536	(18.536)		
Tributos e Contribuições Sociais	42.005			42.005
Contribuição de Iluminação Pública	26.814			26.814
Empréstimos e Financiamentos	92.803			92.803
Benefício a Empregados	80.870	18.536		99.406
Consumidores	9.847			9.847
Passivos Regulatórios	9.690		(9.690)	-
Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	19.394			19.394
Encargos do Consumidor a Recolher	5.287			5.287
Pesquisa & Desenvolvimento	9.572			9.572
Programa de Eficiência Energética	20.769			20.769
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	59.845	(43.442)		16.403
Outras Obrigações	10.855	1.043		11.898
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	521.754	(42.399)	(9.690)	469.665
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	323.549			323.549
Benefício a Empregados	144.383	39.763		184.146
Superávit de Baixa Renda	68.036			68.036
Programa de Demissão Voluntária - PDV	39.763	(39.763)		-
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios		35.227		35.227
Outras Obrigações	852			852
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	576.583	35.227	-	611.810
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social Realizado	350.532			350.532
Prejuízos Acumulados	(23.291)			(23.291)
Ajuste 1ª. Adoção IFRS			(35.254)	(35.254)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	327.241	-	(35.254)	291.987
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.425.578	(7.172)	(44.944)	1.373.462

Demonstração do Resultado	Regulatório em 2009	Reclassificações	Ajustes	Societário em 2009
RECEITA OPERACIONAL	1.570.818		94.745	1.665.563
Fornecimento de energia elétrica	1.477.445		428	1.477.873
Energia de Curto Prazo	3.871		-	3.871
Superávit Baixa Renda	20.794		-	20.794
Disponibilização do Sistema de Distribuição	20.965		-	20.965
Receita (Reversão) Reposicionamento Tarifário	24.007		(24.007)	
Arrendamentos e Aluguéis	13.554		-	13.554
Receita de Construção - concessão	-		118.324	118.324
Outras receitas operacionais	10.182		-	10.182
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(545.166)		8.112	(537.054)
Impostos	(295.014)		-	(295.014)
Contribuições	(141.093)		-	(141.093)
Encargos do Consumidor	(109.059)		8.112	(100.947)
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.829)		-	(5.829)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(5.137)		-	(5.137)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(43.332)		2.245	(45.577)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(49.596)		(10.357)	(39.239)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(5.159)		-	(5.159)
Outros Encargos	(6)		-	(6)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.025.652		102.857	1.128.509
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(799.319)		(97.533)	(896.852)
Custo com Energia Elétrica	(666.941)		15.962	(650.979)
Energia elétrica comprada para revenda	(563.845)		10.568	(553.277)
Energia elétrica comprada para revenda - CP	(8.434)		-	(8.434)
Encargos de uso da rede elétrica	(94.662)		5.394	(89.268)
Custo de Operação	(132.378)		(113.495)	(245.873)
Pessoal e Administradores	(47.233)		-	(47.233)
Entidade de Previdência Privada	(2.457)		-	(2.457)
Material	(4.202)		-	(4.202)
Serviço de Terceiros	(36.998)		(75)	(37.073)
Depreciação e Amortização	(33.130)		4.771	(28.359)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(2.538)		133	(2.405)
Custo de Construção - concessão			(118.324)	(118.324)
Outros custos	(5.820)		-	(5.820)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	226.333		5.324	231.657
Despesas Operacionais	(145.343)	(9.995)	-	(155.338)
Despesas com vendas	(47.810)	-	-	(47.810)
Despesas gerais e administrativas	(97.533)	(9.995)	-	(107.528)
RESULTADO DO SERVIÇO	80.990	(9.995)	5.324	76.319
RESULTADO FINANCEIRO	(62.582)	9.995	3.927	(48.660)
Receita Financeira	26.556		(2.152)	24.404
Despesa Financeira	(89.138)	9.995	6.079	(73.064)
RESULTADO OPERACIONAL	18.408	-	9.251	27.659
LUCRO(PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS	18.408	-	9.251	27.659
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(919)		-	(919)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	3.357		-	3.357
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.846	-	9.251	30.097

Demonstração do Valor Adicionado	Regulatório em 2009	Ajustes Societários	Societário em 2009
1 . RECEITAS	1.556.758	94.746	1.651.504
Vendas e Serviços	1.570.817	(23.578)	1.547.239
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(11.975)	-	(11.975)
Receita de construção - concessão		118.324	118.324
Outros Resultados Operacionais	(2.084)	-	(2.084)
2. (-)INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	801.360	102.437	903.797
Custo de Energia Elétrica	666.941	(15.963)	650.978
Custo de Construção - Concessão		118.324	118.324
Material	6.867	-	6.867
Serviço de Terceiros	92.291	76	92.367
Provisões/Reversões (exceto PDD)	23.774	-	23.774
Outros	11.487	-	11.487
3. (=)VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	755.398	(7.691)	747.707
4. (-)RETENÇÕES (DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)	35.327	(4.771)	30.556
5. (=)VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	720.071	(2.920)	717.151
6. (+)VALOR ADICIONADO RECEB EM TRANSFERÊNCIA	26.557	(2.152)	24.405
Receitas Financeiras	26.557	(2.152)	24.405
7. (=)VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	746.628	(5.072)	741.556
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	746.628	(5.927)	741.556
PESSOAL E ENCARGOS	87.606	-	87.606
Remunerações	62.493	-	62.493
Encargos Sociais (exceto INSS)	6.258	-	6.258
Entidade de Previdência Privada	5.461	-	5.461
Benefícios	7.508	-	7.508
Convênio Assistencial	5.886	-	5.886
GOVERNO	559.033	(8.244)	550.789
Impostos e Contribuições	447.437	-	447.437
Obrigações Intrassetoriais	111.596	(8.244)	103.352
FINANCIADORES	79.143	(6.079)	73.064
Despesas Financeiras	79.143	(6.079)	73.064
ACIONISTAS	20.846	8.396	30.097
Lucro (Prejuízo) do exercício	20.846	8.396	30.097

Balço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009:

	Regulatório em 01/01/2009	Reclassificações	Ajustes	Societário em 01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	22.456	-		22.456
Contas a Receber	325.449	(103.132)		222.317
Encargos a Recuperar na Tarifa	575	-	(575)	-
Créditos com Empregados	9.110	(7.172)		1.938
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	14.380	-		14.380
Estoques	7.338	-		7.338
Cauções e Depósitos Vinculados	12.465	(12.465)		-
Ativos Regulatórios	64.185	-	(64.185)	-
Outros Créditos	20.360	(422)		19.938
TOTAL DO CIRCULANTE	476.318	(123.191)	(64.760)	288.367
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber	3.235	102.082		105.317
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	9.545			9.545
Ativo Financeiro de Concessões			175.165	175.165
Depósitos Judiciais Vinculados a Litígios	5.262	12.465		17.727
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.078			6.078
Bens e Direitos Destinados à Alienação		422		422
Outros Créditos	199			199
	24.319	114.969	175.165	314.453
Imobilizado	567.921		(488.903)	79.018
Intangível	2.888		313.738	316.626
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	595.128	114.969	-	710.097
TOTAL DO ATIVO	1.071.446	(8.222)	(64.760)	998.464

Balço patrimonial

	Regulatório em 01/01/2009	Reclassificações	Ajustes	Societário em 01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	362.379			362.379
Tributos e Contribuições Sociais	40.151			40.151
Programa de Demissão Voluntária - PDV	23.848	(23.848)		-
Contribuição de Iluminação Pública	31.240			31.240
Empréstimos e Financiamentos	17.475			17.475
Benefícios a Empregados	73.461	23.848		97.309
Consumidores	2.663	(1.050)		1.613
Superávit de baixa renda		22.984		22.984
Passivos Regulatórios	43.239	(22.984)	(20.255)	-
Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	19.720			19.720
Encargos do Consumidor a Recolher	8.358			8.358
Pesquisa & Desenvolvimento	10.296			10.296
Programa de Eficiência Energética	15.445			15.445
Outras Obrigações	15.400			15.400
TOTAL DO CIRCULANTE	663.675	(1.050)	(20.255)	642.370
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	54.606			54.606
Benefício Pós-Emprego - Previdência e Assistência	172.124	56.159		228.283
Superávit de Baixa Renda	64.491			64.491
Programa de Demissão Voluntária - PDV	56.159	(56.159)		-
Provisões para riscos Trabalhistas, cíveis e regulatórios	47.949	(21.667)		26.282
Recursos Destinados a Aumento de Capital	8.000	(8.000)		-
Outras Provisões		14495		14.495
Outras Obrigações	1.028			1.028
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	404.357	(15.172)	-	389.185
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital Social Realizado	48.406			48.406
Recursos Destinados a Aumento de Capital		8.000		8.000
Prejuízos Acumulados	(44.992)			(44.992)
Ajuste 1ª. Adoção IFRS			(44.505)	(44.505)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.414	8.000	(44.505)	(33.091)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.071.446	(8.222)	(64.760)	998.464

Balanco Social do Exercício findo em

Em Milhares de Reais

1) Base de Cálculo

	2010	2009
Receita Líquida (RL)	1.199.677	1.128.509
Resultado Operacional (RO)	(21.763)	27.659
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	131.861	101.820

2) Indicadores Sociais Internos	Em Milhares de			Em Milhares de		
	Reais	% sobre FPB	% sobre RL	Reais	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.218	4,72%	0,52%	5.549	4,21%	0,46%
Encargos sociais compulsórios	22.333	16,94%	1,86%	19.994	15,16%	1,67%
Previdência privada	5.418	4,11%	0,45%	5.462	4,14%	0,46%
Saúde	18.810	14,27%	1,57%	5.887	4,46%	0,49%
Segurança e medicina no trabalho	43	0,03%	0,00%	101	0,08%	0,01%
Educação	109	0,08%	0,01%	180	0,14%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	213	0,16%	0,02%	266	0,20%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	149	0,11%	0,01%	153	0,12%	0,01%
Outros	2.132	1,62%	0,18%	2.034	1,54%	0,17%
Total - Indicadores Sociais Internos	55.425	42,03%	4,62%	39.626	38,92%	3,51%

3) Indicadores Sociais Externos	Em Milhares de			Em Milhares de		
	Reais	% sobre RO	% sobre RL	Reais	% sobre RO	% sobre RL
Educação	368	-1,69%	0,03%	377	-1,73%	0,03%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	427	-1,96%	0,04%	720	-3,31%	0,06%
Total das Contribuições para a Sociedade	795	-3,65%	0,07%	1.097	-5,04%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	505.442	-2322%	42,13%	436.837	-2007%	36,41%
Total - Indicadores Sociais Externos	507.032	-2330%	42,26%	439.031	-228%	38,90%

4) Indicadores Ambientais

Relacionados com a operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Em Programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

5) Indicadores do Corpo Funcional

Nº de empregados ao final do período			802			661
Nº de admissões durante o período			141			0
Nº de empregados terceirizados			969			969
Nº de empregados acima de 45 anos			440			346
Nº de mulheres que trabalham na empresa			137			83
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			46%			63%

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			37,48			10,80
Número total de acidentes de trabalho			8			6
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva

7) Outras Informações

Nº Conveniados com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP	0	0
Nº Portadores de deficiência física (conveniados)	60	58

15 - PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS

A CEB D, por meio de um planejamento do seu sistema elétrico, continua com sua política de financiar seus investimentos por meio de linhas de crédito de prazo como forma de ajustar o *funding* necessário para o cumprimento de extenso programa de obras para recolocar a Companhia entre as melhores empresas distribuidoras de energia elétrica do País.

Para tanto, a Companhia vem mantendo estreito contato com os agentes financiadores, em especial Eletrobrás, Banco do Brasil, FCO, BNDES e Caixa Econômica Federal. Essa política visa a financiar, no longo prazo, os investimentos necessários ao atendimento à crescente demanda por energia elétrica na região da concessionária e, ainda, facultar à administração a decisão entre as opções de investimento apresentadas, incluindo aquelas por meio de capital próprio.

A propósito, atenta aos necessários investimentos no seu sistema de distribuição, a CEB D vem envidando esforços no sentido de buscar perante seu acionista controlador os aportes de capital da Companhia Energética de Brasília (CEB), determinados pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 958/2007, restando, a valores históricos, o total da ordem de R\$ 120,0 milhões, sem correção monetária.

Ainda como forma de viabilizar recursos para investimentos, a Administração busca a alienação de imóveis inservíveis ao sistema de distribuição da Companhia. A Administração determinou a reavaliação desses imóveis com vistas à elaboração de edital para leilão.

Assim, a Administração apresenta a expectativa de que no próximo exercício a Companhia tenha a tranquilidade econômica e financeira para viabilizar os necessários investimentos no seu sistema elétrico, bem como manter a ordem de caixa necessária à tranquilidade e atenção de sua gestão.

Em 2010, a CEB D definiu os elementos de planejamento estratégico para o período de 2010-2012, destacando-se os seguintes:

Missão

“Distribuir energia elétrica com rentabilidade e qualidade, visando ao desenvolvimento sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser uma das dez melhores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil até 2012 e garantir condições para a renovação da concessão de distribuição de energia elétrica do DF”.

Valores

- Legalidade;
- Impessoalidade;
- Moralidade;
- Publicidade;
- Eficiência.

Os objetivos estratégicos foram separados em perspectivas, com o intuito de especificar a qual área de atuação da Companhia eles se referem. Para os objetivos de 2010-2012, a CEB D definiu as seguintes perspectivas: tarifa, clientes, financeira, patrimônio, perdas, distribuição, ambiental, social, informação, logística, jurídica, comunicação, recursos humanos e gestão, estando assim definidos:

- Garantir níveis adequados ao perfil da Companhia no terceiro ciclo de revisão tarifária.
- Garantir a satisfação dos clientes de todos os segmentos.
- Garantir a sustentabilidade financeira da Companhia.
- Garantir a imobilização máxima de ativos da Companhia, integrada aos processos logísticos, patrimoniais, financeiros e de distribuição.
 - Reduzir os níveis de perdas em todo o sistema de distribuição.
 - Assegurar eficiência, continuidade, segurança e confiabilidade do sistema elétrico.
 - Implantar práticas de gestão ambiental para os processos finalísticos, com base em metodologias de gestão, e integradas aos projetos de P&D e PEE.
- Desenvolver projetos sociais, com base em metodologias de gestão, e integrados aos projetos de P&D e PEE.
 - Disponibilizar sistemas de informação e apoio à decisão confiáveis, integrados e coerentes com as normas regulatórias.
 - Agilizar os processos logísticos para garantir os insumos necessários às atividades em todos os níveis.
 - Apoiar em todos os ramos do direito, afetos à Companhia, o processo decisório nos níveis estratégico e gerencial.
- Desenvolver comunicação adequada aos diversos níveis organizacionais e partes interessadas.
- Valorizar os recursos humanos em todos os níveis organizacionais.
- Buscar permanentemente a excelência na gestão empresarial.

Em 2010, a CEB D realizou um projeto de definição do Planejamento Estratégico para os anos de 2010 a 2012. Envolvendo toda a Empresa, pessoas-chave da Organização traçaram projetos para alcançar os objetivos estratégicos, segundo uma metodologia unificada de gerenciamento de projetos baseada na quarta versão do Project Management Body of Knowledge (PMBOK), desenvolvido pelo Project Management Institute (PMI).

Por outro lado, como forma de restabelecer seus níveis tarifários com a convergência de custos aos ditames da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Administração dará prosseguimento ao controle de despesas, processos e à continuidade do plano de cargos e salários, bem como contratações de empregados, por meio de concurso público e atendimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho realizado no dia 28 de setembro de 2010, no qual fica acordada a primarização das atividades-fim do negócio da Companhia e a manutenção dos seus empregados. Estão previstos, também, estudos da estrutura organizacional e de efficientização dos serviços contratados, iniciados em 2010, trazendo à luz de sua realidade tarifária o melhor desempenho e as melhores práticas de gestão para empresas distribuidoras de energia elétrica, sem, contudo, afastar-se de seu objetivo de valorização da competente força de trabalho da Companhia.

É de se notar que a tecnologia está priorizada. Gestão do planejamento, cadastro e reestruturação empresarial estão direcionados às melhores práticas do setor, por meio de processos de prospecção de mercado, consolidação de ativos técnicos e administrativos e foco no processo interno e de atendimento, para dar celeridade ao atendimento das demandas externas.

A CEB D, por intermédio dessas expectativas, mais uma vez, reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do Distrito Federal.

16 - AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes e que em 2010 não utilizou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.

17 - AGRADECIMENTOS

A CEB D, por meio de sua Diretoria, agradece aos seus acionistas, conselheiros, clientes, parceiros, fornecedores e instituições financeiras a confiança que depositaram na Companhia durante o exercício de 2010 e, em especial, aos seus colaboradores diretos e indiretos, a dedicação, o empenho e o esforço empreendidos na consecução dos objetivos empresariais, sem os quais a Companhia não teria alcançado os resultados esperados.

Brasília – DF., 30 de maio de 2011

Rubem Fonseca Filho

Diretor Geral

Caubi Pereira de Santana

Diretor de Gestão

Edgard Ketelhut Minari

Diretor de Comercialização

Mauro Martinelli Pereira

Diretor de Engenharia

Fábio Tadeu Antonio Batista

Diretor de Operação

Joel Antonio de Araújo

Diretor Econômico e Financeiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CEB Distribuição S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IAS), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Parcela do saldo da rubrica “Cauções e depósitos vinculados - Ativo não circulante”, no valor de R\$7,4 milhões, em 31 de dezembro de 2010, está em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. O atual estágio do processo de conciliação não permitiu a aplicação de procedimentos de auditoria para avaliar a adequação do referido saldo.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Neste contexto, a Companhia vem compensando, mensalmente, parte do referido crédito e mantém registrado no ativo, valores avaliados pela Administração como possíveis de compensação futura (Nota Explicativa nº 8). Para atendimento aos critérios de compensação determinados pela legislação fiscal, é necessário manter um conjunto de controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. Como a Companhia está em processo de preparação dos citados controles e avaliações, não foi possível avaliarmos a adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, tampouco a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras, em decorrência da não realização dos referidos créditos, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2010, totaliza R\$17,8 milhões.

A Companhia não dispõe de controles que possibilitem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional. Como consequência, não foi possível identificar o montante dos custos dos empréstimos que deveriam ser capitalizados como parte do custo do ativo, conforme requerido pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 20 e IAS 23, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board (IASB), respectivamente. Os custos dos empréstimos registrados como despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que podem incluir valores que deveriam ser capitalizados, totalizam R\$12,7 milhões.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos do item “base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfases

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7b, faturamentos relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica “Contas a receber”, no ativo não circulante, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2010, totaliza R\$102,8 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

A Companhia apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e, como informação suplementar, pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e, em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos do item “base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que foram ajustadas às novas práticas contábeis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3, foram por nós examinadas e nosso parecer, datado de 30 de março de 2010, foi emitido com ressalva relacionada à impraticabilidade de executar procedimentos de auditoria para concluir sobre os saldos das contas “Cauções e depósitos vinculados - Ativo circulante” e “Depósitos judiciais vinculados a litígios - Ativo não circulante”, e parte do saldo do “Ativo imobilizado”, que totalizavam, em 31 de dezembro de 2009, R\$14,6 milhões, R\$5,3 milhões e R\$24,4 milhões, respectivamente. As referidas limitações de escopo decorreram da não finalização do processo de conciliações dos referidos saldos até a data de aprovação daquelas demonstrações financeiras. Esta situação foi parcialmente resolvida, satisfatoriamente, no exercício de 2010, restando apenas o assunto descrito no primeiro parágrafo do item “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”. O referido parecer de auditoria também contém as mesmas ênfases descritas acima.

Auditoria correspondente ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008

O balanço estatutário levantado em 31 de dezembro de 2008 (1º de janeiro de 2009) foi examinado por outro auditor independente, cujo parecer, datado de 18 de março de 2009, foi emitido sem ressalvas e com parágrafos de ênfases relacionados aos assuntos resumidos a seguir: (a) mesmo assunto mencionado no primeiro parágrafo de ênfase acima; (b) contas a receber de consumidores e revendedores no valor de R\$379 milhões, dos quais R\$211 milhões estavam vencidos, sendo R\$81 milhões de órgãos públicos, cuja provisão no montante de R\$54 milhões foi considerada, pela Administração, suficiente para a cobertura de possíveis perdas; (c) impossibilidade de prever o desfecho do processo de cobrança de faturas em atraso, das negociações de repasses ao Governo do Distrito Federal das Contribuições IP, no valor de R\$21,7 milhões; (d) registro de R\$7 milhões como adiantamento a empregados relativo ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do exercício de 2007, cujo desfecho da ação não era possível prever; e (e) registro de créditos tributários ativos no valor de R\$6 milhões relativos a prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, com fundamento na expectativa de resultados fiscais positivos futuros. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3, que foram efetuados para adaptar o referido balanço patrimonial às novas práticas contábeis. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar qualquer outro procedimento sobre o balanço da Companhia em 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre o referido balanço patrimonial.

Brasília, 30 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5



Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/09 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/09 (Reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.015	23.792	22.456	Fornecedores	15	136.181	115.467	362.379
Contas a receber	7	278.712	229.999	222.317	Tributos e contribuições sociais	17	89.227	42.005	40.151
Créditos com empregados		1.670	1.748	1.938	Contribuição de iluminação pública	18	54.318	26.814	31.240
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	17.393	21.139	14.380	Empréstimos e financiamentos	16	143.421	92.803	17.475
Estoques	4.6	7.436	9.809	7.338	Benefício a empregados	22	55.614	99.406	97.309
Outros créditos		9.586	19.245	19.938	Consumidores		6.043	9.847	1.613
					Superávit de baixa renda	23	-	-	22.984
Total do circulante		<u>376.812</u>	<u>305.732</u>	<u>288.367</u>	Provisões e encargos sobre folha de pagamento		19.423	19.394	19.720
					Encargos do consumidor a recolher		14.871	5.287	8.358
Não circulante					Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	30.937	30.341	25.741
Realizável a longo prazo					Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	20	9.805	16.403	-
Contas a receber	7	110.371	103.194	105.317	Outras obrigações	21	14.723	11.898	15.400
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	20.517	12.551	9.545					
Ativo financeiro de concessões	12	343.738	239.157	175.165	Total do circulante		<u>574.563</u>	<u>469.665</u>	<u>642.370</u>
Cauções e depósitos vinculados	9	8.702	19.994	17.727					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	8.516	6.078	Não circulante				
Bens e direitos destinados a venda	11	284.027	278.708	422	Empréstimos e financiamentos	16	300.039	323.549	54.606
Outros créditos		229	190	199	Benefício a empregados	22	215.657	184.146	228.283
					Superávit de baixa renda	23	74.688	68.036	64.491
		<u>767.584</u>	<u>662.310</u>	<u>314.453</u>	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	20	54.276	35.227	40.777
Imobilizado	13	79.902	75.744	79.018	Outras obrigações	21	1.051	852	1.028
Intangível	14	256.432	329.676	316.626					
					Total do não circulante		<u>645.711</u>	<u>611.810</u>	<u>389.185</u>
Total do não circulante		<u>1.103.918</u>	<u>1.067.730</u>	<u>710.097</u>	Patrimônio líquido				
					Capital social realizado	24	350.532	350.532	48.406
					Recursos destinados a aumento de capital				8.000
					Prejuízos acumulados		(90.076)	(58.545)	(89.497)
					Total do patrimônio líquido		<u>260.456</u>	<u>291.987</u>	<u>(33.091)</u>
Total do ativo		<u>1.480.730</u>	<u>1.373.462</u>	<u>998.464</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.480.730</u>	<u>1.373.462</u>	<u>998.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	2010	2009 (Reapresentado)
Receita líquida	26.a	<u>1.199.677</u>	<u>1.128.509</u>
Custo do serviço de energia elétrica	26.b	<u>(978.527)</u>	<u>(896.852)</u>
Custo com energia elétrica		(757.219)	(650.979)
Custo de operação		(221.308)	(245.873)
Lucro bruto		<u>221.150</u>	<u>231.657</u>
Despesas operacionais	26.c	<u>(200.562)</u>	<u>(155.339)</u>
Despesas com vendas		(62.942)	(47.810)
Despesas gerais e administrativas		(137.620)	(107.529)
Resultado do serviço		<u>20.588</u>	<u>76.318</u>
Resultado financeiro	26.d	<u>(42.351)</u>	<u>(48.659)</u>
Receitas financeiras		39.480	24.405
Despesas financeiras		(81.831)	(73.064)
Lucro(prejuízo) antes da CSLL e do IRPJ		<u>(21.763)</u>	<u>27.659</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17	(1.253)	(919)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(8.516)	3.357
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u><u>(31.532)</u></u>	<u><u>30.097</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de consumidores	1.798.936	1.614.551
Rendimento de aplicações	176	36
Juros pagos	(48.630)	(40.289)
Fornecedores - Materiais e serviços	(119.913)	(171.448)
Fornecedores - Energia elétrica	(812.381)	(701.762)
Salários e encargos sociais	(185.560)	(183.834)
Impostos e contribuições	(374.893)	(367.249)
Contribuição de Iluminação Pública (CIP)	(82.050)	(103.500)
Encargos do consumidor	(107.650)	(93.735)
Outros encargos operacionais	(16.743)	(22.429)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>51.292</u>	<u>(69.659)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos financeiros da concessão, intangíveis e imobilizados	(34.891)	(74.614)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>(34.891)</u>	<u>(74.614)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	133.259	378.525
Serviço da dívida: principal e encargos	(111.437)	(252.642)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	19.726
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>21.822</u>	<u>145.609</u>
Aumento/diminuição do saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	38.223	1.336
Saldo de caixa no início do período	<u>23.792</u>	<u>22.456</u>
Saldo de caixa no final do período	<u><u>62.015</u></u>	<u><u>23.792</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2010	2009 (Reapresentado)
Receitas	<u>1.821.205</u>	<u>1.651.504</u>
Vendas e serviços	1.734.015	1.547.239
Provisão crédito liquidação duvidosa	(1.487)	(11.975)
Receita de construção - concessão	88.401	118.324
Outros resultados operacionais	276	(2.084)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>1.005.509</u>	<u>893.802</u>
Custo de energia elétrica	757.219	650.978
Custo de construção - Concessão	88.401	118.324
Material	6.159	6.867
Serviço de terceiros	109.318	92.367
Provisões/reversões (exceto PDD)	18.645	13.779
Outros	24.436	11.487
(=) Valor adicionado bruto	<u>817.027</u>	<u>757.702</u>
(-) Retenções (depreciação e amortização)	<u>37.669</u>	<u>30.556</u>
(=) Valor adicionado líquido	<u>779.358</u>	<u>727.146</u>
(+) Valor adicionado recebido em transferência	<u>39.480</u>	<u>24.405</u>
Receitas financeiras	39.480	24.405
(=) Valor adicionado total a distribuir	<u>818.838</u>	<u>751.551</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>818.838</u>	<u>751.551</u>
Pessoal e encargos	<u>118.914</u>	<u>87.606</u>
Remunerações	75.991	62.493
Encargos sociais (exceto INSS)	7.369	6.258
Entidade de previdência privada	5.418	5.461
Benefícios	8.802	7.508
Convênio assistencial	18.810	5.886
Outras despesas	2.524	-
Governo	<u>649.625</u>	<u>550.789</u>
Impostos e contribuições	<u>520.438</u>	<u>447.437</u>
Federal	185.109	152.423
Estadual	335.329	295.014
Obrigações intrassetoriais	<u>129.187</u>	<u>103.352</u>
Financiadores	<u>81.831</u>	<u>83.059</u>
Despesas financeiras	81.831	83.059
Acionistas	<u>(31.532)</u>	<u>30.097</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(31.532)	30.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social realizado	Recursos destinados a aumento de capital	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)		48.406	8.000	(89.497)	(33.091)
Aumento de capital					-
Em espécie		27.726	(8.000)	-	19.726
Em bens - Terreno	11	274.400	-	-	274.400
Ajustes patrimoniais		-	-	855	855
Lucro do exercício		-	-	30.097	30.097
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)		350.532	-	(58.545)	291.987
Aumento de capital		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(31.532)	(31.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		350.532	-	(90.077)	260.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Objetivo social e informações gerais sobre a Companhia e a concessão

A CEB Distribuição S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora da Companhia.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

A Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Base de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e norma da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia não está apresentando a demonstração dos resultados abrangentes em razão de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir do exercício de 2010 e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, foram adotados pela Companhia com aplicação retrospectiva ao exercício de 2009 e para a data de 1º de janeiro de 2009, que é a data de transição da adoção das novas normas. Explicações sobre a transição para as novas normas do CPC e das IFRS e os respectivos efeitos nas posições patrimonial e financeira da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de maio de 2011.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico. Nenhum valor de ativo e passivo foi apurado com base no valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7), cálculo das depreciações do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 13), amortizações dos ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 14), provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e regulatórios (Nota Explicativa nº 20) e obrigações decorrentes de benefícios a empregados (Nota Explicativa nº 22). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas trimestralmente.

3 Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas IFRS. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1).

As demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1). A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Com a aplicação do CPC 37 (R1), as demonstrações financeiras da Companhia passaram a ser apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Isenções adotadas

O CPC 37 (R1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias e adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva:

- i.** Faculdade do uso do custo atribuído para o ativo imobilizado: a Companhia optou por não utilizar a mensuração do custo atribuído na avaliação dos saldos dos ativos imobilizados (ativos não vinculados à concessão) não alcançados pelo ICPC01 (IFRIC 12) em decorrência dos seguintes fatores: a) a baixa representatividade do ativo imobilizado em relação ao ativo total; b) a composição desse ativo não apresentar itens considerados individualmente relevantes; c) a vida útil remanescente dos bens não é considerada extensa; e d) a adoção do valor justo não resultaria em valores significativos.
- ii.** Isenção relativa à aplicação de contratos de concessão (ICPC 1/IFRIC 12): a Companhia avaliou ser impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na atividade de distribuição de energia nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão, e o ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

b. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado de acordo com os novos pronunciamentos contábeis do CPC e das IFRS

Apresentamos a seguir os ajustes e as reclassificações decorrentes da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis do CPC e das IFRS, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e relativos à demonstração do resultado do exercício de 2009, conciliando as demonstrações financeiras originalmente apresentadas em conformidade com as práticas contábeis anteriormente vigentes com as novas demonstrações financeiras adaptadas às novas práticas contábeis. Adicionalmente, uma explicação dos ajustes e das reclassificações está sendo apresentada após os quadros demonstrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

i. Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS):

Balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009:

Ativo	Publicado em 31/12/08	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado em 01/01/09
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	22.456	-	-	22.456
Contas a receber	325.449	(103.132)	-	222.317
Encargos a recuperar na tarifa	575	-	(575)	-
Créditos com empregados	9.110	(7.172)	-	1.938
Tributos e contribuições sociais compensáveis	14.380	-	-	14.380
Estoques	7.338	-	-	7.338
Cauções e depósitos vinculados	12.465	(12.465)	-	-
Ativos regulatórios	64.185	-	(64.185)	-
Outros créditos	20.360	(422)	-	19.938
Total do circulante	476.318	(123.191)	(64.760)	288.367
Não circulante				
Contas a receber	3.235	102.082	-	105.317
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9.545	-	-	9.545
Ativo financeiro de concessões	-	-	175.165	175.165
Depósitos judiciais vinculados a litígios	5.262	12.465	-	17.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.078	-	-	6.078
Bens e direitos destinados à alienação	-	422	-	422
Outros créditos	199	-	-	199
	24.319	114.969	175.165	314.453
Imobilizado	567.921	-	(488.903)	79.018
Intangível	2.888	-	313.738	316.626
Total do não circulante	595.128	114.969	-	710.097
Total do ativo	1.071.446	(8.222)	(64.760)	998.464
	Publicado em 31/12/08	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado em 01/01/09
Passivo circulante				
Fornecedores	362.379	-	-	362.379
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	23.848	(23.848)	-	-
Tributos e contribuições sociais	40.151	-	-	40.151
Contribuição de iluminação pública	31.240	-	-	31.240
Empréstimos e financiamentos	17.475	-	-	17.475
Benefício a empregados	73.461	23.848	-	97.309
Consumidores	2.663	(1.050)	-	1.613
Superávit de baixa renda	-	22.984	-	22.984
Passivos regulatórios	43.239	(22.984)	(20.255)	-
Provisão e encargos sobre folha de pagamento	19.720	-	-	19.720
Encargos do consumidor a recolher	8.358	-	-	8.358
Pesquisa & desenvolvimento	10.296	-	-	10.296
Programa de eficiência energética	15.445	-	-	15.445
Outras obrigações	15.400	-	-	15.400
Total do circulante	663.675	(1.050)	(20.255)	642.370
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	54.606	-	-	54.606
Benefícios a empregados	172.124	56.159	-	228.283
Superávit de baixa renda	64.491	-	-	64.491
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	56.159	(56.159)	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	8.000	(8.000)	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	47.949	(7.172)	-	40.777
Outras obrigações	1.028	-	-	1.028
Total do não circulante	404.357	(15.172)	-	389.185
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	48.406	-	-	48.406
Recursos destinados a aumento de capital	-	8.000	-	8.000
Prejuízos acumulados	(44.992)	-	-	(44.992)
Ajustes acumulados da adoção inicial CPC e IFRS	-	-	(44.505)	(44.505)
Total do patrimônio líquido	3.414	8.000	(44.505)	(33.091)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.071.446	(8.222)	(64.760)	998.464

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

ii. Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do CPC):

Reconciliação do PL	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas 31/12/08	3.414
Recursos destinados a aumento de capital	8.000
Baixa de ativos e passivos regulatórios	(44.505)
Saldo de abertura 01/01/09	<u>(33.091)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iii. Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 com a evidenciação dos ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009				
	Publicado em 31/12/09	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado em 31/12/09
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	23.792			23.792
Contas a receber	229.416	583	-	229.999
Encargos a recuperar na tarifa	726	(583)	(143)	-
Créditos com empregados	8.920	(7.172)	-	1.748
Tributos e contribuições sociais compensáveis	21.139		-	21.139
Estoques	9.809		-	9.809
Cauções e depósitos vinculados	14.666	(14.666)	-	-
Ativos regulatórios	49.572		(49.572)	-
Outros créditos	21.984	(2.739)	-	19.245
Total do circulante	380.024	(24.577)	(49.715)	305.732
Não circulante				
Contas a receber	103.194	-	-	103.194
Tributos e contribuições sociais compensáveis	12.551	-	-	12.551
Ativo financeiro de concessões	-	-	239.157	239.157
Cauções e depósitos vinculados	5.328	14.666	-	19.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.516	-	-	8.516
Bens e direitos destinados à alienação	275.969	2.739	-	278.708
Outros créditos	190	-	-	190
Total do não circulante	405.748	17.405	239.157	662.310
Imobilizado	634.944	-	(559.200)	75.744
Intangível	4.862	-	324.814	329.676
Total do não circulante	1.045.554	17.405	4.771	1.067.730
Total do ativo	1.425.578	(7.172)	(44.944)	1.373.462
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	115.467	-	-	115.467
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	18.536	(18.536)	-	-
Tributos e contribuições sociais	42.005	-	-	42.005
Contribuição de iluminação pública	26.814	-	-	26.814
Empréstimos e financiamentos	92.803	-	-	92.803
Benefícios a empregados	80.870	18.536	-	99.406
Consumidores	9.847	-	-	9.847
Passivos regulatórios	9.690	-	(9.690)	-
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	19.394	-	-	19.394
Encargos do consumidor a recolher	5.287	-	-	5.287
Pesquisa & desenvolvimento	9.572	-	-	9.572
Programa de eficiência energética	20.769	-	-	20.769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	59.845	(43.442)	-	16.403
Outras obrigações	10.855	1.043	-	11.898
Total do passivo circulante	521.754	(42.399)	(9.690)	469.665
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	323.549	-	-	323.549
Benefícios a empregados	144.383	39.763	-	184.146
Superávit de baixa renda	68.036	-	-	68.036
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	-	35.227	-	35.227
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	39.763	(39.763)	-	-
Outras obrigações	852	-	-	852
Total do passivo não circulante	576.583	35.227	-	611.810
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	350.532	-	-	350.532
Prejuízos acumulados	(23.291)	-	-	(23.291)
Ajustes acumulados da adoção inicial das IFRS	-	-	(35.254)	(35.254)
Total do patrimônio líquido	327.241	-	(35.254)	291.987
Total do passivo e patrimônio líquido	1.425.578	(7.172)	(44.944)	1.373.462

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iv. Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 com a evidenciação dos ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC:

Reconciliação do PL	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas 31/12/09	327.241
Baixa de ativos e passivos regulatórios em 01/01/09	(44.505)
Baixa de ativos e passivos regulatórios constituídos em 2009	4.480
Estorno de depreciação de ativo imobilizado registrado conforme práticas contábeis anteriores (parcela bifurcada para o ativo financeiro - ICPC 01)	<u>4.771</u>
Saldo após a adoção das novas práticas 31/12/2009	291.987

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

v. Conciliação da demonstração de resultado do exercício de 2009 com a evidenciação dos ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e IFRS:

	Publicado em 2009	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado em 2009
Receita operacional líquida	<u>1.025.652</u>	-	<u>102.857</u>	<u>1.128.509</u>
Custo do serviço de energia elétrica	<u>(799.319)</u>	-	<u>(97.533)</u>	<u>(896.852)</u>
Custo com energia elétrica	(666.941)	-	15.962	(650.979)
Custo de operação	(132.378)	-	(113.495)	(245.873)
Lucro operacional bruto	<u>226.333</u>	-	<u>5.324</u>	<u>231.657</u>
Despesas operacionais	<u>(143.259)</u>	<u>(12.080)</u>	-	<u>(155.339)</u>
Despesas com vendas	(47.810)	-	-	(47.810)
Despesas gerais e administrativas	(95.449)	(12.080)	-	(107.529)
Resultado do serviço	<u>83.074</u>	<u>(12.080)</u>	<u>5.324</u>	<u>76.318</u>
Resultado financeiro	<u>(62.582)</u>	<u>9.995</u>	<u>3.928</u>	<u>(48.659)</u>
Receita financeira	26.556	-	(2.151)	24.405
Despesa financeira	(89.138)	9.995	6.079	(73.064)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(2.084)</u>	<u>2.084</u>	-	-
Receita	1.025	(1.025)	-	-
Despesa	(3.109)	3.109	-	-
Resultado operacional	<u>18.408</u>	-	<u>9.252</u>	<u>27.659</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	<u>18.408</u>	-	<u>9.252</u>	<u>27.659</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(919)	-	-	(919)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	<u>3.357</u>	-	-	<u>3.357</u>
Lucro líquido do exercício	<u>20.846</u>	-	<u>9.252</u>	<u>30.097</u>

Descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS nas demonstrações financeiras evidenciadas anteriormente:

- i. **Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual)** - Determinados ativos e passivos regulatórios foram baixados pela Companhia por não atenderem às definições de ativos e passivos em conformidade com o Pronunciamento CPC e as IFRS - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- ii. **Contratos de concessão** - ativo intangível e ativo financeiro indenizável (ICPC 1 e OCPC5/IFRIC 12) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e dos direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos; e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3a, a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na atividade de distribuição de energia elétrica nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível e o ativo financeiro indenizável na data de transição (1º de janeiro de 2009).

- iii. Contratos de construção (ICPC 01/IFRIC 12)** - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.
- iv. Tributos correntes e diferidos (CPC 32/IAS 12)** - A Companhia não registrou os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, relacionados aos ajustes entre as práticas contábeis anteriores e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, em razão da justificativa descrita na Nota Explicativa nº 10.
- v. Reclassificação** - Dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos do circulante para o não circulante.
- vi. Reclassificação** - Realização do encontro dos saldos de ativos e passivos, observadas as disposições contidas no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1).
- vii. Reclassificação** - Transferência de saldos entre contas para abrir ou agrupar itens para melhoria da apresentação e comparação.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas internacionais de relatórios financeiros emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e para as novas normas contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

4.1.1 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida que as faturas são emitidas, ou seja, pela competência. Os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa (fornecimento não faturado).

b. Receita de construção

A ICPC 01 (IFRIC 12) estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (IAS 18) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica) como componentes separados do mesmo contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é praticamente igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

c. Receita de juros

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

4.2 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os principais ativos e passivos financeiros não derivativos estão descritos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e os recebíveis relativos a serviços de concessão de distribuição de energia elétrica, sendo estes classificados como recebíveis, pois representam ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustes ao valor recuperável, quando devida. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios estão próximos do valor justo dos ativos financeiros detidos pela Companhia.

d. Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios estão próximos do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

4.3 Transações em moeda estrangeira

A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R1) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas das aplicações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (vide Nota Explicativa nº 6).

4.5 Contas a receber

A Companhia classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - Nota Explicativa nº 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originou. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

Consumidores

- a. Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- b. Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- c. Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia exclui do cálculo acima os créditos com entidades e órgãos ligados ao seu controlador, Governo do Distrito Federal (GDF).

4.6 Estoques

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no Ativo Circulante, e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição e que quando excede os custos de reposição ou valores de realização são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4.7 Bens destinados à venda

Os bens destinados à venda são avaliados pelo valor de custo ou valor justo, dos dois o menor.

4.8 Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável)

Conforme as normas contábeis o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido com o concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, o modelo do ativo intangível e o modelo bifurcado.

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em razão de as empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor contábil da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito, são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. Os ativos intangíveis foram mensurados pelo valor contábil na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IFRS. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados com base no prazo de benefício econômico esperado até o final do prazo da concessão.

A Companhia mantém outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas e que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.9 Ativo imobilizado (bens da administração)

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que considera o tempo de vida útil dos bens.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levariam a Companhia a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros. A Companhia não possuía ágio, ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou intangíveis em desenvolvimento para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

4.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (vide Nota Explicativa nº 20).

4.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários (vide Nota Explicativa nº 22).

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou as perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período-base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, para as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado (Nota Explicativa nº 8).

4.14 Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço, de acordo com a taxa efetiva de juros (vide Nota Explicativa nº 16).

4.15 Taxas regulamentares

- a. **Reserva Global de Reversão (RGR)** - Encargo do setor elétrico brasileiro, pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços.
- b. **Conta Consumo de Combustível (CCC)** - Parcela da receita tarifária, paga pelas empresas distribuidoras de energia, com dupla finalidade: pagar as despesas com o combustível usado nas usinas térmicas, utilizadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para equalizar as tarifas aos níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.
- c. **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)** - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, possibilitando a universalização do serviço de energia elétrica.
- d. **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Programa de Eficiência Energética (EPE) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - As empresas distribuidoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para reinvestimentos nesses programas.
- e. **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Calculada pela ANEEL, incidente sobre a distribuição de energia, considerando o valor econômico agregado pela concessionária.
- f. **Encargo do Serviço do Sistema (ESS)** - Tem como objetivo manter a confiabilidade e a estabilidade do sistema interligado nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e é pago pelas distribuidoras às geradoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4.16 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4.17 Demais ativos e obrigações

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço patrimonial, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As demais obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

4.18 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia elaborou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto nos termos do Pronunciamento Técnico nº 03 (R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (IAS 7).

4.19 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), enquanto, de acordo com a legislação societária, sendo obrigatório somente para as empresas de capital aberto.

5 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia, vide informações adicionais na Nota Explicativa 4.2.

c. Gerenciamento de risco

A Administração da CEB Distribuição S.A. tem total responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração tem na sua Auditoria Interna, no Comitê Executivo - COEX e no Comitê de Planejamento - CPLAN os responsáveis pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e para analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Auditoria Interna auxilia a Administração supervisionando o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos. Revisa a adequação da estrutura em relação aos riscos enfrentados. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões de controles e procedimentos de gerenciamento de risco.

i. Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Nas Notas Explicativas nºs 4.5 e 7 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade dos recebíveis.

ii. Risco de liquidez

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

iii. Risco de taxa de juros

A Companhia possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e empréstimos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nºs 7 e 16, respectivamente.

Conseqüentemente as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado da Companhia. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Análise de sensibilidade da taxa de juros:

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução nº 475, de 17/12/2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

A Companhia estima que a taxa de CDI em 31 de dezembro de 2011 será de 11,75% (cenário de um ano), diante disso fez uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta na taxa de CDI em relação a 31 de dezembro de 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nesses cenários, possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011 seria de 14,69% e 17,63%, respectivamente.

Risco	Base R\$mil	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Alta na taxa do CDI	274.695	306.971	315.047	323.123
Efeito líquido da variação do CDI	-	(32.276)	(40.352)	(48.428)

iv. Risco cambial

Com cerca de 20% da energia comprada oriunda do Consórcio Brasil-Paraguai referente à Itaipu. A Companhia está exposta tanto positiva como negativamente à oscilação cambial, mais precisamente à cotação do dólar norte-americano, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção (hedge) das variações cambiais.

Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações cambiais:

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

A Companhia estima que o valor do dólar americano em 31 de dezembro de 2011 será de R\$1,80 (cenário de um ano), diante disso fez uma análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de uma alta na taxa de câmbio em relação a 31 de dezembro de 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários, possível e remoto, a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 seria de R\$2,25% e R\$2,70, respectivamente.

Risco	Base R\$mil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Alta na taxa de câmbio	99.437	108.476	135.595	162.715
Efeito líquido da variação do câmbio	-	(9.039)	(36.158)	(63.278)

Fonte: IPEA

v. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Um risco operacional de destaque da Companhia se refere à possibilidade da não renovação do contrato de concessão pelo Poder Concedente que se expira em junho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2010	2009	01/01/09
Numerário disponível	50.334	23.762	22.042
Aplicações financeiras	<u>11.681</u>	<u>30</u>	<u>414</u>
Total	<u>62.015</u>	<u>23.792</u>	<u>22.456</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes

a. Composição

Descrição	2010	2009	01/01/09
Consumidores, concessionários e permissionários	409.146	338.216	332.822
Serviços prestados a terceiros	21.830	34.907	38.737
Títulos de créditos a receber	<u>25.802</u>	<u>26.278</u>	<u>10.308</u>
Total a receber	<u>456.778</u>	<u>399.401</u>	<u>381.867</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.695)	(66.208)	(54.233)
Subtotal	<u>389.083</u>	<u>333.193</u>	<u>327.634</u>
Total circulante	<u>278.712</u>	<u>229.999</u>	<u>222.317</u>
Total não circulante	<u>110.371</u>	<u>103.194</u>	<u>105.317</u>
Total	<u>389.083</u>	<u>333.193</u>	<u>327.634</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Valores a receber por idade de vencimento

Descrição	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2010	Total 2009	Total 01/01/09
Classes de consumidor						
Residencial	24.389	22.799	27.254	74.442	73.550	65.091
Industrial	2.363	984	2.767	6.114	5.708	4.191
Comércio, serviços e outros	13.589	11.169	35.571	60.329	62.155	54.214
Rural	770	1.372	5.319	7.461	7.482	6.051
Poder público	7.543	2.548	78.671	88.762	83.847	85.340
Iluminação pública	5.321	15.727	33.440	54.488	33.415	33.632
Serviço público	<u>6.228</u>	<u>8</u>	<u>4.940</u>	<u>11.176</u>	<u>9.378</u>	<u>8.986</u>
Subtotal consumidores	<u>60.203</u>	<u>54.607</u>	<u>187.962</u>	<u>302.772</u>	<u>275.535</u>	<u>257.505</u>
Serviço taxado	357	320	629	1.306	1.343	1.542
Concessionárias e permissionárias	926	922	2.008	3.856	3.951	3.752
Fornecimento não faturado	86.891	-	-	86.891	78.050	71.772
Acréscimo moratório conta de energia	56.535	-	-	56.535	42.243	47.471
Parcelamentos a faturar cp e lp	5.703	-	-	5.703	2.828	3.222
Arrecadação a classificar	(1.567)	-	-	(1.567)	(9.752)	(7.585)
Outros	<u>1.282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.282</u>	<u>5.203</u>	<u>4.188</u>
Total	<u>210.330</u>	<u>55.849</u>	<u>190.599</u>	<u>456.778</u>	<u>399.401</u>	<u>381.867</u>
Prov. crédito liquidação duvidosa	-	-	-	(67.695)	(66.208)	(54.233)
Contas a receber líquido	<u>210.330</u>	<u>55.849</u>	<u>190.599</u>	<u>389.083</u>	<u>333.193</u>	<u>327.634</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	2010	2009	01/01/09
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	24.914	22.542	20.984
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.000	1.962	1.532
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	32.569	33.758	23.942
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.794	3.328	2.895
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	72.398	71.408	74.489
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	28.851	25.859	26.483
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	3.926	3.925	3.926
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	2.000	2.000	2.064
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(102.757)	(98.574)	(102.082)
Total	<u>67.695</u>	<u>66.208</u>	<u>54.233</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 01/01/2009	54.233
Adições	13.771
Baixas	(1.796)
Saldo em 31/12/2009	<u>66.208</u>
Adições	7.776
Baixas	(6.289)
Saldo em 31/12/2010	<u>67.695</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Apresentamos a seguir a composição desses créditos:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	2010	2009	01/01/09
Secretarias de Governo	52.564	48.718	54.981
Administrações Regionais	32.024	28.578	29.217
Empresas do GDF	15.215	17.261	15.134
Outras	<u>2.954</u>	<u>4.017</u>	<u>2.750</u>
Total	<u>102.757</u>	<u>98.574</u>	<u>102.082</u>

8 Tributos e contribuições sociais compensáveis

Descrição	2010	2009	01/01/09
ICMS	3.821	7.316	6.771
COFINS	771	638	287
PIS	231	353	9
IRPJ	8.282	8.005	4.817
CSLL	4.288	4.788	2.437
Outros	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>59</u>
Total circulante	<u>17.393</u>	<u>21.139</u>	<u>14.380</u>
ICMS	13.975	12.551	9.545
IRPJ	3.401	-	-
CSLL	3.141	-	-
Total não circulante	<u>20.517</u>	<u>12.551</u>	<u>9.545</u>
Total	<u>37.910</u>	<u>33.690</u>	<u>23.925</u>

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar n° 102/2000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

9 Cauções e depósitos vinculados

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2010	2009	01/01/09
Bloqueios judiciais / contingências trabalhistas e cíveis	6.281	13.453	11.193
Cauções	1.144	1.213	1.272
Depósitos recursais	<u>1.277</u>	<u>5.328</u>	<u>5.262</u>
Total do não circulante	<u>8.702</u>	<u>19.994</u>	<u>17.727</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No exercício de 2010 a Administração decidiu pela reversão do crédito tributário até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia (Nota Explicativa nº1) resultem na apuração de lucro tributário sustentável.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	<u>-</u>	<u>8.516</u>	<u>6.078</u>
Total	<u>-</u>	<u>8.516</u>	<u>6.078</u>

Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos em 31 de dezembro de 2010 totalizam aproximadamente R\$11.192, referente a diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As diferenças temporárias e os prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social acumulados de acordo com a legislação fiscal vigentes, não possuem prazo de prescrição.

11 Bens e direitos destinados à venda

Imóveis	Localidade	Tamanho	2010	2009	01/01/09
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	1.569	1.569	-
Terreno	Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF(a)	284.160 m ²	274.400	274.400	-
Terrenos	Diversas localidades	400 m ²	178	-	-
Móveis	Diversos bens para venda		<u>7.880</u>	<u>2.739</u>	<u>422</u>
			<u>284.027</u>	<u>278.708</u>	<u>422</u>

(a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital. O terreno não possui utilidade para a atividade da Companhia e está destinado à venda. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Ativo financeiro de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n° 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, abrangendo:

- a. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- b. Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Imobilizado	Intangível	Ativo indenizável (concessão)
Saldos originais publicados em 1º de janeiro de 2009	567.921	2.888	-
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 01 e OCPC 05	(488.903)	313.738	175.165
Saldos reapresentados em 1º de janeiro de 2009	<u>79.018</u>	<u>316.626</u>	<u>175.165</u>

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	<u>175.165</u>
Adições	66.081
Baixas	(2.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>239.157</u>
Adições	104.603
Baixas	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>343.738</u>

13 Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido 2010	Valor líquido 2009	Valor líquido 01/01/09
Imobilizado em serviço		<u>45.120</u>	(31.062)	14.058	10.577	11.859
Terrenos					179	1.076
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0%	5.428	(2.051)	3.377	1.789	2.245
Máquinas e equipamentos	3,3 a 6,7%	29.030	(19.771)	9.259	6.599	5.840
Veículos	20%	7.610	(7.023)	587	1.011	1.490
Móveis e utensílios	10%	3.052	(2.217)	835	999	1.208
Imobilizado em curso		<u>65.844</u>	-	65.844	65.167	67.159
Terrenos		942		942	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	-	83
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	471
Móveis e utensílios						163
Material em depósito		64.902	-	64.902	65.167	66.442
Total do imobilizado		<u>110.964</u>	<u>(31.062)</u>	<u>79.902</u>	<u>75.744</u>	<u>79.018</u>

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Imobilizado em serviço	Saldo em 31/12/09	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/10
Custo				
Terrenos	179		(179)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.666	1762		5.428
Máquinas e equipamentos	25.480	4.039	(489)	29.030
Veículos	7.610	-	-	7.610
Móveis e utensílios	<u>3.153</u>	-	(102)	<u>3.051</u>
Total imobilizado em serviço - Custo	<u>40.088</u>	<u>5.801</u>	(770)	<u>45.119</u>
(-) Depreciação				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.877)	(173)		(2.050)
Máquinas e equipamentos	(18.881)	(1.324)	434	(19.771)
Veículos	(6.599)	(424)		(7.023)
Móveis e utensílios	(2.154)	(165)	102	(2.217)
Total imobilizado em serviço - Depreciação	(29.511)	(2.086)	536	(31.061)
Imobilizado em curso				
Terrenos	-	942		942
Material em depósito	<u>65.167</u>	<u>27.037</u>	(27.302)	<u>64.902</u>
Total imobilizado em curso	<u>65.167</u>	<u>27.979</u>	(27.302)	<u>65.844</u>
Total do ativo imobilizado	<u>75.744</u>	<u>3.715</u>	(234)	<u>79.902</u>
Imobilizado em serviço	Saldo em 01/01/09	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/09
Custo				
Terrenos	1.076	-	(897)	179
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.728		(1.062)	3.666
Máquinas e equipamentos	25.842	2.890	(3.252)	25.480
Veículos	8.263	20	(673)	7.610
Móveis e utensílios	<u>3.310</u>	-	(157)	<u>3.153</u>
Total imobilizado em serviço - custo	<u>43.219</u>	<u>2.910</u>	(6.041)	<u>40.088</u>
(-) Depreciação				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.483)	(142)	748	(1.877)
Máquinas e equipamentos	(20.002)	(1.280)	2.401	(18.881)
Veículos	(6.773)	(499)	673	(6.599)
Móveis e utensílios	(2.102)	(183)	131	(2.154)
Total imobilizado em serviço - depreciação	(31.360)	(2.104)	3.953	(29.511)
Imobilizado em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	83	-	(83)	-
Máquinas e equipamentos	471	2	(473)	-
Móveis e utensílios	163	3.682	(3.845)	-
Material em depósito	<u>66.442</u>	<u>43.618</u>	(44.893)	<u>65.167</u>
Total imobilizado em curso	<u>67.159</u>	<u>47.302</u>	(49.294)	<u>65.167</u>
Total do ativo imobilizado	<u>79.018</u>	<u>48.108</u>	(51.382)	<u>75.744</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

14 Intangível

A composição do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	2010		2009		01/01/09
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Intangíveis direito de uso da concessão					
Direito de uso da concessão	260.717	(61.148)	199.569	200.164	206.478
(-) Obrigações especiais (*)	(32.053)	-	(32.053)	(28.592)	(25.536)
Em serviço	<u>228.664</u>	<u>(61.148)</u>	<u>167.516</u>	<u>171.572</u>	<u>180.942</u>
Direito de uso da concessão	80.964	-	80.964	157.879	136.757
(-) Obrigações especiais (*)	(3.782)	-	(3.782)	(4.637)	(3.961)
Em curso	<u>77.182</u>	<u>-</u>	<u>77.182</u>	<u>153.242</u>	<u>132.796</u>
Total do direito de uso da concessão	<u>305.846</u>	<u>(61.148)</u>	<u>244.698</u>	<u>324.814</u>	<u>313.738</u>
Outros intangíveis					
Em serviço	44.788	(34.752)	10.036	308	938
Em curso	<u>1.697</u>	<u>-</u>	<u>1.698</u>	<u>4.554</u>	<u>1.950</u>
Total outros intangíveis	<u>46.485</u>	<u>(34.752)</u>	<u>11.734</u>	<u>4.862</u>	<u>2.888</u>
Total dos intangíveis	<u>352.331</u>	<u>(95.900)</u>	<u>256.432</u>	<u>329.676</u>	<u>316.626</u>

(*) **Obrigações vinculadas à concessão** - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Para fins de elaboração do balanço patrimonial, os saldos dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível.

A Administração da Companhia entende que a amortização do intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Segue a mutação do ativo intangível:

	Direito de uso da concessão		Outros intangíveis		Total
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso	
Ativo intangível em 01/01/2009	180.942	132.796	938	1.950	316.626
Adições	22.715	118.323	-	2.642	143.680
Baixas	(1.209)	(97.201)	-	(38)	(98.448)
Amortização	(27.820)	-	(630)	-	(28.450)
Obrigações especiais	(3.056)	(676)	-	-	(3.732)
Ativo intangível em 31/12/2009	<u>171.572</u>	<u>153.242</u>	<u>308</u>	<u>4.554</u>	<u>329.676</u>
Adições	32.886	88.401	12.016	9.211	142.514
Baixas	(153)	(165.315)	-	(12.068)	(177.536)
Amortização	(33.327)	-	(2.288)	-	(35.615)
Obrigações especiais	(3.461)	854	-	-	(2.607)
Ativo intangível em 31/12/2010	<u>167.517</u>	<u>77.182</u>	<u>10.036</u>	<u>1.697</u>	<u>256.432</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

15 Fornecedores

Descrição	2010	2009	01/01/09
Encargos de uso da rede elétrica	11.098	10.932	8.616
Suprimento de energia elétrica	76.772	67.259	67.316
Furnas - Repactuação de dívidas (a)	-	-	217.519
Materiais e serviços	<u>48.311</u>	<u>37.276</u>	<u>68.928</u>
Total	<u>136.181</u>	<u>115.467</u>	<u>362.379</u>

- (a) A rubrica de fornecedores Suprimento de Energia é composta pelas obrigações com fornecedores relativos a contrato inicial (Itaipu), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão) e contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Livre.
- (b) Em 2009, a Companhia obteve financiamento com a Caixa Econômica Federal para liquidação da dívida com Furnas relativa a suprimento de energia, com o propósito de reduzir custos financeiros, assumindo nova dívida com encargos mais atrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

16 Empréstimos e financiamentos

Entidades	2010	2009	01/01/09	Garantias	Encargos
ELETOBRÁS	66.358	59.212	25.699	Cessão de Direitos Creditórios	Juros entre 5% e 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
ELETOBRÁS Repactuação de Dívidas	-	-	8.925	Cessão de Direitos Creditórios	Variação Selic
Banco do Brasil S.A.	4.375	11.875	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + Juros de 1,57% a.a.
Banco do Brasil S.A. (FCO I e II)	93.906	94.656	37.457	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 10% a.a. atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%
Banco do Brasil S.A. (FINAME)	8.501	-	-	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S.A.	21.538	-	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 2,99% a.a.
Banco Mercantil do Brasil S.A.	15.000	10.028	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 0,65% (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal	198.948	214.747	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	5.834	15.834	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 0,32% a.m.
Banco Sofisa	-	10.000	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 0,65% (durante o período de utilização)
Banco BicBanco	<u>29.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 0,50% a.m.
Total geral	<u>443.460</u>	<u>416.352</u>	<u>72.081</u>		
Total do circulante	<u>143.421</u>	<u>92.803</u>	<u>17.475</u>		
Total do não circulante	<u>300.039</u>	<u>323.549</u>	<u>54.606</u>		

As dívidas classificadas no não circulante possuem seus vencimentos conforme cronograma a seguir:

Faixa de vencimento					
Valores em					
2011	2012	2013	2014	Após 2015	Total
143.421	73.159	67.802	74.849	84.229	443.460

A Companhia não possui cláusulas de *covenants* nos contratos de empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

17 Tributos e contribuições sociais

Descrição	2010	2009	01/01/09
ICMS	76.534	30.892	25.200
ISS	1.351	688	1.282
IRPJ			2.461
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	1.949	1.387	3.780
COFINS	4.788	5.060	2.456
PIS	1.104	1.100	575
CSLL			1.211
INSS	2.521	2.058	2.339
FGTS	800	668	713
Outros	<u>180</u>	<u>152</u>	<u>134</u>
Total do circulante	<u>89.227</u>	<u>42.005</u>	<u>40.151</u>

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é lucro real anual com antecipações mensais. Nos anos de 2010 e 2009, as antecipações ocorridas no ano foram superiores ao apurado no ajuste anual, gerando assim crédito tributário nos respectivos anos.

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	(21.763)	(21.763)	27.659	27.659
Ajuste RTT	(18.367)	(18.367)	(9.251)	(9.251)
Adições (exclusões) permanentes	16.316	16.316	(18.404)	(18.404)
Adições (exclusões) temporárias	<u>29.180</u>	<u>29.180</u>	<u>3.139</u>	<u>3.139</u>
Total	<u>5.366</u>	<u>5.366</u>	<u>3.143</u>	<u>3.143</u>
(-)Compensação prejuízo fiscal	(1.610)	(1.610)	(370)	(370)
Base de cálculo	<u>3.756</u>	<u>3.756</u>	<u>2.773</u>	<u>2.773</u>
Alíquota aplicável (*)	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>915</u>	<u>338</u>	<u>669</u>	<u>250</u>

(*) 15% e 10% adicional.

18 Contribuição de iluminação pública

A Contribuição de Iluminação Pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- i. Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública.
- ii. Despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

19 Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética

A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 de março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Descrição	2010	2009	01/01/09
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	238	186	2.280
Ministério de Minas e Energia (MME)	114	372	969
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	6.811	9.014	7.047
Programa de Eficiência Energética (PEE)	<u>23.774</u>	<u>20.769</u>	<u>15.445</u>
	<u>30.937</u>	<u>30.341</u>	<u>25.741</u>

20 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, com base na opinião de seus procuradores jurídicos, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

Quadro demonstrativo da composição das provisões:

Provisões	2010	2009	01/01/09
Trabalhistas	4.891	13.532	10.125
Cíveis	7.356	14.377	16.157
Regulatórias	<u>51.834</u>	<u>23.721</u>	<u>14.495</u>
	<u>64.081</u>	<u>51.630</u>	<u>40.777</u>
Total circulante	<u>9.805</u>	<u>16.403</u>	-
Total não circulante	<u>54.276</u>	<u>35.227</u>	<u>40.777</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Descrição	Saldo em 31/12/09	Constituição	Baixa/ reversão	Atualização	Saldo em 31/12/10
Trabalhistas	13.532	648	(10.766)	1.477	4.891
Cíveis	14.377	2.453	(10.318)	844	7.356
Regulatórias	<u>23.721</u>	<u>31.331</u>	<u>(7.653)</u>	<u>4.435</u>	<u>51.834</u>
Total	<u>51.630</u>	<u>34.432</u>	<u>(28.737)</u>	<u>6.756</u>	<u>64.081</u>

Descrição	Saldo em 01/01/09	Constituição	Baixa/ reversão	Atualização	Saldo em 31/12/09
Trabalhistas	10.125	2.396	(3.344)	4.355	13.532
Cíveis	16.157	616	(4.364)	1.969	14.378
Regulatórias	<u>14.495</u>	<u>10.007</u>	<u>(4.265)</u>	<u>3.483</u>	<u>23.720</u>
Total	<u>40.777</u>	<u>13.019</u>	<u>(11.973)</u>	<u>9.807</u>	<u>51.630</u>

a. Demandas trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

b. Demandas cíveis

A maioria das causas cíveis é relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

c. Demandas regulatórias

As principais contingências regulatórias são decorrentes das multas interpostas pela ANEEL no processo de fiscalização, e a Companhia ajuizou ações na Justiça Federal contra as respectivas multas. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das contingências regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

d. Contingências - Risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$1.329 em 2010 e R\$1.122 mil em 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

21 Outras obrigações

	2010	2009	01/01/09
Outras obrigações			
Encargos sociais e trabalhistas	3.566	2.907	3.532
Folha de pagamento	2.395	3.460	4.117
Dividendos declarados	4.371	4.371	4.371
Outras obrigações	5.442	2.012	4.408
	<u>15.774</u>	<u>12.750</u>	<u>16.428</u>
Total circulante	<u>14.723</u>	<u>11.898</u>	<u>15.400</u>
Total não circulante	<u>1.051</u>	<u>852</u>	<u>1.028</u>

22 Benefícios a empregados

Descrição	2010	2009	01/01/09
Plano de previdência (a.1)	118.213	128.205	134.089
Plano de assistência (a.3)	109.699	97.048	115.915
Programa de demissão voluntária (b)	43.359	58.299	75.588
	<u>271.271</u>	<u>283.552</u>	<u>325.592</u>
Total circulante	<u>55.614</u>	<u>99.406</u>	<u>97.309</u>
Total não circulante	<u>215.657</u>	<u>184.146</u>	<u>228.283</u>

a. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

a.1. Planos de aposentadoria e pensão

Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB - Plano instituído na modalidade de benefício definido. Podem participar deste plano os funcionários da Companhia que foram admitidos até 31 de dezembro de 2005, estando fechado para novas adesões. Os participantes ativos contribuem de acordo com a tabela abaixo, e o patrocinador contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes ativos, além da contribuição extraordinária relativa ao Contrato de Dívida nº 083/2001 PRJU/CEB. Não há contribuição paritária da Patrocinadora para participantes inativos, mas estes também contribuem de acordo com a tabela abaixo, e sobre o valor dos benefícios recebidos:

Faixas	Base para cálculo	Taxa
Primeira	Sobre o salário de participação menor que o valor de 1/2 TETO do INSS	3,00%
Segunda	Sobre a diferença entre o salário de participação e o valor de 1/2 TETO do INSS	5,00%
Terceira	Sobre a diferença entre o salário de participação e o valor do TETO do INSS	12,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais.

O plano conta com 1.728 participantes, sendo 617 ativos e 871 assistidos em 31 de dezembro de 2010 (1.696, 638 e 231, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009).

Plano de Benefícios CEBPREV - Plano instituído na modalidade de contribuição definida. Participam deste plano os funcionários da Companhia, especialmente os admitidos a partir de 1º de janeiro de 2006. O plano encontra-se ativo para novas adesões. Os participantes ativos contribuem com valor de 5% sobre o Salário de Participação, além do percentual para custeio administrativo, que atualmente corresponde a 10% da contribuição básica. A Patrocinadora contribui paritariamente à contribuição básica e administrativa de seus empregados. Os participantes assistidos contribuem para custear as despesas administrativas seguindo o mesmo critério dos empregados, sem paridade contributiva da Patrocinadora de origem.

No plano de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

a.2. Planos de assistência médica

Plano Assistencial - O plano é administrado pela FACEB na modalidade de autogestão, custeado pelos funcionários titulares e pela patrocinadora, pelo método de rateio. Os beneficiários deste plano são empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) da CEB Distribuição S.A. e seus respectivos dependentes, tendo ainda o direito à remissão, ou seja, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular, possui direito à assistência à saúde sem verter contribuições ao plano.

Visto que as contribuições devidas pela Companhia, no caso do plano assistencial, permanecem após a aposentadoria do empregado, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Além disso, a Companhia também é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do plano para determinados grupos de associados. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definidos.

Plano CEB Saúde - É um plano coletivo por adesão que atende ao Plano de Referência previsto nos arts. 1º e 12 da Lei nº 9.656/98 e na Resolução CONSU nº 10, de 3 de novembro de 1998, instituído em favor dos empregados e familiares da CEB. Este plano é destinado aos empregados e dirigentes de qualquer uma das empresas pertencentes ao grupo CEB, abarcando todos os contratados a elas vinculados, a partir de 12 de janeiro de 2006, desde que sejam participantes ativos do Plano de Benefícios CEBPREV.

Conforme Regulamento do Plano, este não prevê beneficiários de ex-empregados (aposentados) e pensionistas. Assim, à luz da Deliberação CVM 600/09, a Patrocinadora não possui obrigações a serem contabilizadas para este plano.

a.3. Contrato de dívida atuarial

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de dezembro de 2010:

Contrato 083/2001	Total	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 01/01/2009	<u>134.089</u>	<u>69.616</u>	<u>64.473</u>
Amortização no exercício	(26.031)	(26.031)	
Atualizações no exercício	14.211	7.899	6.312
Transferências para o circulante	-	<u>24.327</u>	<u>(24.327)</u>
Passivo contratual em 31/12/2009	<u>122.269</u>	<u>75.811</u>	<u>46.458</u>
Amortização no exercício	(21.624)	(21.624)	
Atualizações no exercício	13.553	5.313	8.240
Transferências para o não circulante	-	<u>(33.841)</u>	<u>33.841</u>
Passivo contratual em 31/12/2010	<u>114.198</u>	<u>25.659</u>	<u>88.539</u>

a.4. Avaliações Atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(766.552)	(705.240)	(179.765)	(130.277)
Custo do serviço corrente	(53.088)	(61.133)	(3.494)	(3.176)
Custo de juros	(11.727)	(11.758)	(17.227)	(14.721)
Ganhos/(Perda) atuariais	9.937	(19.311)	(839)	(56.613)
Benefícios pagos pelo plano	<u>38.283</u>	<u>30.890</u>	<u>18.788</u>	<u>25.022</u>
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(783.147)</u>	<u>(766.552)</u>	<u>(182.537)</u>	<u>(179.765)</u>

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	554.320	578.808	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	57.721	58.229	-	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais	80.995	(87.438)	-	-
Contribuições do empregador	25.892	30.691	18.788	25.022
Contribuições de participantes do plano	5.245	4.920	-	-
Benefícios pagos pelo plano	<u>(38.283)</u>	<u>(30.890)</u>	<u>(18.788)</u>	<u>(25.022)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>685.890</u>	<u>554.320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	2010	2009	2010	2009
Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial				
Valor presente da obrigação atuarial	97.257	212.232	182.537	179.765
Montante não reconhecido como ativo/(passivo)(item 58b)(*)	(48.628)	(89.190)		
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)	69.584	5.162	(72.837)	(82.717)
(Passivo) / Ativo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	<u>118.213</u>	<u>128.204</u>	<u>109.700</u>	<u>97.048</u>
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço				
(Passivo)/ATIVO reconhecido no início do exercício	<u>(128.204)</u>	<u>(153.359)</u>	<u>(97.048)</u>	<u>(104.173)</u>
Pagamentos para o plano líquido de administração	25.891	30.691	18.788	25.022
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.900)	(5.537)	(31.439)	(17.897)
(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício	<u>(118.213)</u>	<u>(128.205)</u>	<u>(109.699)</u>	<u>(97.048)</u>

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n° 109/2001 e Resolução CGPC n° 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo a ser registrado, está assim contabilizada:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Contribuições para o plano	4.015	5.936
Contrato de dívida (a.3)	<u>114.198</u>	<u>122.269</u>
Total	<u>118.213</u>	<u>128.205</u>

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra a.2) pactuado entre a Companhia e a FACEB. Dessa forma, o resultado da avaliação atuarial de 2010 e 2009 não revelou a necessidade de constituição adicional de provisão.

	<u>Plano Complementar</u>		<u>Plano Assistencial</u>	
Valores reconhecidos na DRE	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(11.726)	(11.758)	(3.494)	(3.176)
Contribuições dos participantes	5.245	4.920	-	-
Custo dos juros	(53.088)	(61.133)	(17.227)	(14.721)
Retorno esperado dos ativos do plano	57.721	58.229	-	-
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	-	4.205	(10.718)	-
Efeito do limite do item 58 (b)	<u>(14.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total da (despesa)/receita a reconhecer	<u>(15.900)</u>	<u>(5.537)</u>	<u>(31.439)</u>	<u>(17.897)</u>
Administração do Plano	<u>(2.876)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total da (despesa)/receita no exercício	<u>(18.776)</u>	<u>(5.537)</u>	<u>(31.439)</u>	<u>(17.897)</u>

	<u>Plano Complementar</u>		<u>Plano Assistencial</u>	
Composição dos ativos	2010	2009	2010	2009
Renda Fixa	81,63%	83,07%	N/A	N/A
Renda Variável	10,99%	9,06%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	3,40%	3,58%	N/A	N/A
Investimentos imobiliários	0,61%	0,70%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	3,37%	3,59%	N/A	N/A
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

	<u>Plano Complementar</u>		<u>Plano Assistencial</u>	
Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	2010	2009	2010	2009
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,11%	10,11%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	10,36%	10,36%	N/A	N/A

a.5.Premissas atuariais

	<u>Previdência e Saúde</u>	
Premissas atuariais adotadas	2010	2009
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,36%	10,36%
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,36%	10,36%
Expectativa de inflação para o exercício, anual	4,11%	4,11%
Taxa real de crescimento salarial	5,15%	5,15%
Taxas de crescimento dos custos médicos	4,11%	4,11%
Taxa real de crescimento dos custos de saúde - HCTR	5,68%	5,68%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%
Aumentos futuros dos benefícios	4,11%	4,11%
Tábuas biométricas:		
Mortalidade geral	AT 83	AT 83M e AT83F
Entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Mortalidade de inválidos	IAPC	IAPC
Grupo de dependentes para pensão	Família média regional	Família média regional

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Programa de desligamento voluntário

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2009 obrigações com dois Programas de Desligamento Voluntário, o Programa de Desligamento Voluntário I (de 2005 a 2009) e o Programa de Desligamento Voluntário II (de 2006 a 2015).

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV I implementado em 2005 pela Companhia Energética de Brasília - CEB contou com a adesão de 212 empregados que tinham condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2005 a 2009. As obrigações foram extintas no decorrer do exercício de 2009, sendo as últimas indenizações pagas em janeiro de 2010.

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo em 01/01/2009	<u>75.588</u>	<u>19.429</u>	<u>56.159</u>
Amortização no exercício	(19.933)	(19.933)	-
Atualizações no exercício	2.644	290	2.354
Transferências para o circulante	-	<u>18.750</u>	<u>(18.750)</u>
Passivo em 31/12/2009	<u>58.299</u>	<u>18.536</u>	<u>39.763</u>
Amortização no exercício	(19.307)	(19.307)	-
Atualizações no exercício	4.366	-	4.366
Transferências para o circulante	-	<u>17.623</u>	<u>(17.623)</u>
Passivo em 31/12/2010	<u>43.359</u>	<u>16.852</u>	<u>26.507</u>

23 Superávit de baixa renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

No exercício de 2009, foi realizado o montante de R\$22.984, relativo ao valor homologado em 26 de agosto de 2008.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$350.532 dividido em 350.532.450 (trezentos e cinquenta milhões, quinhentos e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

b. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A política de distribuição de JCP e dividendos da Companhia está de acordo com o estatuto e com o que determinam os parágrafos a seguir: § 2º “A Diretoria da CEB Distribuição poderá, em obediência à deliberação tomada pelo acionista único, determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e, observando as limitações legais, declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços” e § 3º “A CEB Distribuição, por deliberação do acionista único, poderá pagar os dividendos a título de juros sobre o capital próprio”. A Companhia no exercício de 2010 apurou prejuízo no valor de R\$32.863 e no exercício de 2009 apurou lucro líquido no valor de R\$30.952, cujo valor foi absorvido por prejuízos acumulados.

c. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através do resultado do exercício atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia, conforme demonstramos a seguir:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) do exercício	(31.532)	30.097
Número médio ponderado de ações ordinárias	<u>350.532</u>	<u>131.191</u>
Resultado por ação	<u>(0,0900)</u>	<u>0,2294</u>

A Companhia, em 2009 e 2010, não emitiu nenhum instrumento conversível em ação. Assim, não está sendo apresentado o lucro/prejuízo diluído por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

25 Transações com partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB). O controlador final é o Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/ conselheiros ou familiares imediatos.

Apresentamos a seguir o resumo da remuneração dos diretores/conselheiros:

Descrição	2010	2009	01/01/09
Remuneração da Administração			
Remuneração	1.295	1.002	558
Encargos sociais	<u>391</u>	<u>279</u>	<u>171</u>
Total	<u>1.686</u>	<u>1.281</u>	<u>729</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Outras transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, vigentes nas respectivas datas e não envolvem riscos anormais de recebimento ou liquidação.

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

Descrição	2010	2009	01/01/09
Ativos da CEB Distribuição	<u>104.339</u>	<u>98.778</u>	<u>106.480</u>
Adiantamento de clientes (compra de energia da CEB Lajeado S.A.)	-	-	4.385
Créditos a receber por cessão pessoal - Cia. Energética de Brasília - CEB	1.556	202	13
Créditos a receber por cessão pessoal - CEB Geração S.A.	27	2	-
Contas a receber de fatura de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	102.756	98.574	102.082
Passivo da CEB Distribuição	<u>74.777</u>	<u>44.472</u>	<u>52.439</u>
Fornecedor Suprimento - CEB Lajeado S.A.	8.847	8.351	12.834
Fornecedor Suprimento - Corumbá Concessões S.A.	9.063	7.318	8.365
Fornecedor Suprimento - Energética Corumbá III	2.549	1.989	-
Contribuição Iluminação Pública - GDF	54.318	26.814	31.240
Resultado da CEB Distribuição	<u>233.685</u>	<u>216.082</u>	<u>188.559</u>
Energia comprada para revenda da CEB Lajeado S.A.	99.543	103.400	91.846
Energia comprada para revenda da Corumbá Concessões S.A.	106.205	103.147	96.713
Energia comprada para revenda da Energética Corumbá III	27.902	4.426	-
Recuperação despesas de pessoal cedido à controladora	-	5.073	-
Receita de locação à controladora	35	36	-

26 Desdobramento de outros itens das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Receita operacional líquida

Descrição	Consumidores(*)		MWh(*)		Valor	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Consumidores						
Residencial	740.264	720.960	1.966.598	1.878.995	671.021	593.707
Industrial	1.688	1.677	419.733	375.257	114.111	94.959
Comercial	95.168	89.910	1.651.029	1.535.465	531.883	470.829
Rural	9.497	9.240	124.208	112.497	26.226	22.306
Poder público	4.818	4.600	548.026	516.937	196.979	178.216
Iluminação pública	19	19	344.640	300.780	58.874	47.424
Serviço público	287	233	326.001	313.487	70.872	64.299
(=)Fornecimento faturado (**)	<u>851.741</u>	<u>826.639</u>	<u>5.380.235</u>	<u>5.033.418</u>	<u>1.669.966</u>	<u>1.471.740</u>
Consumo próprio	46	49	2.400	2.644		
Fornecimento não faturado líquido					8.841	6.127
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	6	6
(=)Fornecimento de energia elétrica	<u>851.787</u>	<u>826.688</u>	<u>5.382.635</u>	<u>5.036.062</u>	<u>1.678.813</u>	<u>1.477.873</u>
(+)-Superávit baixa renda					-	20.794
Energia elétrica de curto prazo					10.564	3.871
Disponibilização do Sistema de Distribuição					23.239	20.965
Receita de construção					88.401	118.324
Outras receitas e rendas					21.399	23.736
Total da receita operacional					<u>1.822.416</u>	<u>1.665.563</u>
Deduções da receita						
Impostos					(335.329)	(295.014)
ICMS					(334.539)	(294.247)
ISS					(790)	(767)
Contribuições					(160.345)	(141.093)
PIS/PASEP					(28.602)	(25.168)
COFINS					(131.743)	(115.925)
Encargos do consumidor					(127.065)	(100.947)
Reserva Global de Reversão - RGR					(5.432)	(5.829)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(5.299)	(5.137)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(49.550)	(45.577)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(58.176)	(39.239)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(5.302)	(5.159)
Outros encargos					(3.306)	(6)
Receita operacional líquida					<u>1.199.677</u>	<u>1.128.509</u>

(*) Dados não auditados.

(**) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de dezembro de 2010, o valor corresponde a R\$34.202 e R\$23.796 em 31 de dezembro de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Custo com energia elétrica

	2010	2009
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(619.464)	(553.277)
Energia elétrica comprada para revenda - curto prazo	(17.327)	(8.434)
Encargos de uso da rede elétrica	<u>(120.428)</u>	<u>(89.268)</u>
Subtotal	<u>(757.219)</u>	<u>(650.979)</u>
Custo de operação		
Pessoal e administradores	(55.756)	(47.233)
Entidade de previdência privada	(2.438)	(2.457)
Material	(3.110)	(4.202)
Serviço de terceiros	(34.002)	(37.073)
Custo de construção - concessão	(88.401)	(118.324)
Amortização	(35.503)	(28.359)
Provisão RTE Energia Livre		(3.315)
Taxa de fiscalização de serviço energia elétrica	(2.122)	(2.405)
Outros custos	<u>24</u>	<u>(2.505)</u>
Subtotal	<u>(221.308)</u>	<u>(245.873)</u>
Total	<u>(978.527)</u>	<u>(896.852)</u>

c. Despesas operacionais

	<u>Vendas</u>		<u>Gerais e Administrativas</u>		<u>Total</u>	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Pessoal e administradores	(10.849)	(8.169)	(61.887)	(40.963)	(72.736)	(49.132)
Entidade de previdência privada	-	-	(2.980)	(3.003)	(2.980)	(3.003)
Material	(564)	(60)	(2.485)	(2.605)	(3.049)	(2.665)
Serviço de terceiros	(41.363)	(27.343)	(33.953)	(27.950)	(75.316)	(55.293)
Propaganda e publicidade	(1.484)	-	-	-	(1.484)	-
Depreciação e amortização	-	-	(2.166)	(2.197)	(2.166)	(2.197)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(1.487)	(11.975)	-	-	(1.487)	(11.975)
Provisões (reversões) vinculadas a litígio	-	-	(12.451)	(11.041)	(12.451)	(11.041)
Benefício a empregados	-	-	(12.651)	(5.794)	(12.651)	(5.794)
Outras provisões (reversões)	-	-	6.674	(3.171)	6.674	(3.171)
Outras despesas	<u>(7.195)</u>	<u>(263)</u>	<u>(15.721)</u>	<u>(10.805)</u>	<u>(22.916)</u>	<u>(11.068)</u>
Total	<u>(62.942)</u>	<u>(47.810)</u>	<u>(137.620)</u>	<u>(107.529)</u>	<u>(200.562)</u>	<u>(155.339)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios conta de energia	18.879	7.899
Varição cambial sobre faturas de energia	2.547	5.393
Atualizações monetárias	10.729	7.021
Multas e penalidades aplicadas	1.744	1.528
Outras receitas financeiras	<u>5.581</u>	<u>2.564</u>
	<u>39.480</u>	<u>24.405</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(37.001)	(27.079)
Varição cambial sobre faturas de energia	(1.797)	(4.291)
Atualização monetária	(22.022)	(14.340)
Atualização benefício pós-emprego	(13.553)	(19.131)
Outras despesas financeiras	<u>(7.458)</u>	<u>(8.223)</u>
	<u>(81.831)</u>	<u>(73.064)</u>
Resultado financeiro	<u>(42.351)</u>	<u>(48.659)</u>

27 Seguros

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionados aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico, que não fazem parte do escopo dos exames de auditoria independente, e, portanto, não foram examinados pelos auditores, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2011, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$980 mil.

Brasília – DF., 30 de maio de 2011

Rubem Fonseca Filho

Diretor Geral

Caubi Pereira de Santana

Diretor de Gestão

Edgard Ketelhut Minari

Diretor de Comercialização

Mauro Martinelli Pereira

Diretor de Engenharia

Fábio Tadeu Antonio Batista

Diretor de Operação

Joel Antonio de Araújo

Diretor Econômico e Financeiro

Marly Gomes Araújo

Contadora CRC/DF 7.901